

---

**ATA CEAS 18 DE AGOSTO 2017.**

**SIMONE:** (...) E cumprimentar a nossa secretária executiva Consolação e, em nome dela, todos os membros da secretaria executiva. Cumprimentar o Pedro! Muito bem-vindo Pedro! Muito obrigada pela a sua presença! Se você se sentir explorado, vulnerabilidade, apertado, beliscado... Você avise para nós! A nossa função é protegê-lo! Está certo? Muito bem-vindo, viu! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu vou passar para a nossa secretária executiva para ela nos cumprimentar e fazer a aferição do quórum. Depois eu vou passar para a nossa vice-presidente. Consola. **CONSOLAÇÃO:** Nós temos onze conselheiros, incluindo os que estão em condições de titularidade. Então temos quórum para a plenária. **SIMONE:** Obrigada Consola. Eu quero informar a todos os conselheiros que hoje é aniversário da nossa vice-presidente. Cumprimentar a nossa vice-presidente. Parabenizá-la. Dizer a ela que ela é uma pessoa muito especial. A forma como ela conduz e valoriza a vida nos deixa mais comprometidos, mais fortes e mais protegidos ao lado dela. Então, nossa vice-presidente, parabéns! Toda felicidade do mundo é pouco. Eu vou passar para você também cumprimentar o Conselho. **GEISIANE:** Muito obrigada. Bom dia a todos (as)! Quero cumprimentá-los. Dizer que estamos em período de conferências regionais. É importante que hoje a gente faça uma avaliação prévia desse momento importante que a gente tem vivenciado nos território de Minas. Hoje é um momento importante também para pensarmos, coletivamente, a nossa conferência estadual. Desejo uma ótima reunião a todos (as) e um bom dia. Obrigada pelas felicitações. **SIMONE:** Muito obrigada vice-presidente. Vamos começar a nossa reunião da 225ª plenária ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social. Eu vou então passar para os informes. Rotineiramente, toda reunião nossa, a gente faz o informe do COGEMAS, da CIB e depois da SEDESE. Aí quero também saber se tem conselheiros que querem fazer informes. Vocês vão pensando aí... Eu passar para o COGEMAS. Eu vou passar para a vice-presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, a secretária municipal Ivone, por favor. Passa o microfone para a Ivone gente! **IVONE:** Pode pôr aí para mim o informe? Bom dia a todos (as)! É uma alegria muito grande estar aqui em um dia até especial, né? Comemorar aniversário eu acho que é uma das coisas mais importantes que a gente tem na vida. É um dia que marca a história de uma pessoa. Então parabéns! Que sejam muitos e muitos dias para você conviver com essa data. Eu pedi também para fazer o informe da CIB. Eu vou começar pela CIB. A última reunião da CIB foi dia 04 de agosto. A pauta colocada para a reunião foi: as conferências regionais; O apoio técnico as entidades do Programa Rede Cuidar; O Plano de Serviço de 2017, o demonstrativo e as dificuldades que os municípios estavam tendo para finalizarem a tempo hábil. Foi também um objetivo dessa reunião a pactuação para prorrogar esse prazo; E tivemos os informes do COGEMAS e os informes da SEDESE. Pode passar. Dentro do primeiro ponto foi apresentado o tema da conferência, as normas e as orientações, o cronograma nacional para a realização das conferências, o calendário das conferências regionais, a programação das conferências, a metodologia das plenárias e o processo de escolha de delegados para a conferência estadual. Conforme o calendário foram apresentadas na CIB as conferências regionais. Tiveram início na segunda-feira, dia 07 de agosto, nos municípios de Montes Claros, Uberlândia, Patos de Minas e São João Del Rei. No dia 14 de agosto as conferências foram realizadas em Poços de Caldas, Paracatu e Salinas. A próxima, que será no dia 21, será em Araçuaí e em Varginha. No dia 28 será em Almenara, Belo Horizonte, Muriaé, Passos, Uberlândia e Uberaba. No dia 11 de setembro será em Governador Valadares. No dia 18 de setembro será em Curvelo, Ituiutaba e Timóteo. No dia 25 de setembro será em Divinópolis, Juiz de Fora e Teófilo Otoni. O segundo ponto de pauta foi a questão do apoio técnicos as entidades. Foi apresentado o marco legal do programa, a lei estadual que dispõe das

parcerias com o poder público ou organizações da sociedade civil, a lei que cria o programa e o decreto estadual que regulamenta a lei. Eu trouxe também esse número de cursistas e conferencistas que vão estar em cada conferência regional. O total é de 4.963, tanto cursistas, quanto delegados. É um número bem expressivo de mobilização e de trabalho do CEAS nesta empreitada com a SEDESE. Pode passar. Dentro do planejamento da implementação do Programa de Rede Cuidar foram apresentadas para nós três etapas: a etapa do diagnóstico e do monitoramento; A segunda etapa é o apoio técnico e a capacitação para as entidades e os municípios elegíveis; A última etapa seria o incentivo financeiro. Dentro desse apoio técnico do diagnóstico foi apresentada pela a equipe a questão que foi feita da divulgação, do contato telefônico com as entidades, a preparação das videoconferências que vão ajudar nessa preparação das entidades e os requisitos que as entidades precisam ter para fazerem essa parceria. Depois foi apresentada a questão do reordenamento, as orientações sobre como gastar os recursos do programa. A última videoconferência vai ser sobre como entrar no sistema. Vai ter um sistema para adesão, para prestação de contas e para monitoramento dessa parceria. Os encontros regionalizados serão de apoio técnico sobre o Programa Rede Cuidar. Também está se pensando em produzir uma cartilha, que vai ser um material físico para ajudar nesta preparação de implementação desse programa. Está se pensando também em uma manual de utilização, porque vai ter o sistema da Rede Cuidar e o sistema do Plano de Serviço. Vai ter um manual para orientar as entidades e os municípios em como operar o sistema. Vai ter um material de apoio e orientações técnicas, nota técnica do ID Acolhimento. O que foi apresentado pela equipe é que serão construídos aportes de materiais, de videoconferência, para estar preparando as entidades elegíveis nesse momento aí de implementação desse programa. Sobre o item III da pauta, que foi a questão do Plano de Serviço e o demonstrativo da prestação de contas, ficou muito claro que os municípios com gestores novos, pessoas novas que não conheciam o sistema, não deram conta de no prazo hábil fazerem os aceites do demonstrativo e do Plano de Serviço. O Plano de Serviço e o demonstrativo físico financeiro de execução da receita e das despesas são instrumentos eletrônicos de planejamento e prestação de contas vinculadas ao sistema. Entretanto, várias dificuldades estão sendo vivenciadas pelo acesso ao sistema para o preenchimento desses instrumentos. O prazo do preenchimento do Plano de Serviço 2007 foi prorrogado pela segunda vez, em acordo com o COGEMAS, para o dia 06/11/2017, por meio da resolução da CIB 07/2017. Em relação ao demonstrativo de 2014, a resolução da CIB 09/2016 pactuou o prazo final da prestação de contas para o dia 30 de novembro de 2016. Em abril, desse ano, foram identificados 490 municípios que ainda estavam em situação de pendência. Tendo em vista a obrigação, o dever de prestar contas e o grande número de municípios pendentes. A diretoria de análise de conta criada em 2016 para dar seriedade aos processos de análise de prestação de contas do Fundo a Fundo enviou no mês de julho aos municípios pendentes ofício notificando a estabelecer o prazo de 30 dias para regularizar. Também foi um mecanismo muito interessante porque todas as prefeituras se preocuparam com essa obrigação. Devido às dificuldades de acesso ao sistema esse prazo foi prorrogado por mais 30 dias, se encerrando em 04/08/2017. A SEDESE apresentou as dificuldades identificadas para o preenchimento do Plano de Serviço, o demonstrativo da prestação de contas e a proposta de solução. Foi apresentado lá: a senha do gestor. A senha é gerada pelo SIGCON e deve ser vinculada no Fundo Municipal de Assistência Social para o preenchimento do Plano de Serviço e a prestação de contas a partir de 2016. E a prefeitura para o Plano de Serviço e a prestação de contas antes de 2016. Tinha uma senha que era do gestor para a partir de 2016. E antes de 2016, era com a senha da prefeitura. Quais foram os problemas identificados: dificuldade de acesso ao SIGCON via telefone e demora na resposta; Vinculação da senha feita apenas para um dos órgãos da

prefeitura que tinha o acesso; Dificuldade do prefeito para liberar esse acesso ao gestor no sistema. A proposta de solução: pactuar fluxos de solução da senha via e-mail, no SIGCON; Obter as autorizações do SIGCON para o DGFEAS gerar senha e vincular; Manual do Plano de Serviço; Orientação via telefone aos municípios. A senha do CMAS: a senha é gerada também pelo SIGCON, e deve ser vinculada ao FMAS para o preenchimento do Plano de Serviço e prestação de contas a partir de 2016. E a prefeitura para o preenchimento do Plano de Serviço e a prestação de contas de 2016. Também foi o mesmo problema: dificuldade de acesso ao SIGCON via telefone e demora na resposta; Vinculação da senha feita para um dos grupos só para ter uma vinculação. A proposta de solução: pactuar fluxo e solução de senha via e-mail no SIGCON; Obter autorização do SIGCON para o DGFEAS gerar senha e vincular. O acesso ao Plano de Serviço e demonstrativo no SIGCON: o Plano de Serviço e o demonstrativo estão hospedados na versão um do SIGCON. Saída: acesso apenas pela versão nove do da Internet Explore. Grande problema que gerou nas prefeituras! Muitos computadores não tinham essa versão! Nem na prefeitura e nem no gabinete! Então: desconhecimento sobre o acesso da Internet Explore nove; Como verificar erro de acesso devido à vinculação de senha; Erro de sistema devido à versão um. Proposta de solução: passo a passo sobre a Internet Explore nove e como verificar; Elaboração sobre a vinculação de senha; Enviar erros para o suporte do sistema via e-mail; Realização a migração do Plano de Serviço e o demonstrativo para a versão dois do SIGCON, no ano de 2018. O preenchimento do Plano de Serviço e o demonstrativo: o Plano de Serviço é um instrumento de planejamento de utilização dos recursos do cofinanciamento estadual. O gestor deve indicar o serviço em que aplicará a previsão de atendimento. O Conselho Municipal aprova esse planejamento. O demonstrativo é um instrumento sintético de prestação de contas em que o gestor informa o recurso gasto no exercício, valor do rendimento e saldos apurados ao final do exercício. O Conselho Municipal aprova a base dos critérios com base nos critérios da resolução 16/2009. Problemas identificados: dúvidas dos gestores sobre o preenchimento do plano; Como preencher cada campo; Gestores novos. Muitos gestores mudaram; Dúvidas dos Conselhos Municipais como realizar a aprovação e como preencher o parecer; Inconformidade preenchimento do demonstrativo de 2013 que impede o preenchimento de 2014. Teve algumas inconsistências no demonstrativo de 2013 que impediu também o demonstrativo de 2014. Proposta de solução: envio de ofício para a diretoria de análise de contas para correção; Orientação via telefone e e-mail do DGFEAS; Elaboração de manuais. Gente foi uma reunião muito boa! Deu para orientar os gestores em cada município sobre esse preenchimento. Agora, do COGEMAS... Eu vou pedir o Gilberto... O COGEMAS... Já está no estatuto do COGEMAS a gente construir os Conselhos Regionais de Gestores. No nosso planejamento decidimos iniciar esses encontros regionais. Os encontros regionais são estratégias do COGEMAS para instituir os Conselhos Regionais de Gestores. Nós fizemos uma programação. Está acontecendo hoje, de manhã, lá em Divinópolis, o nosso primeiro encontro regional centro oeste. Lá na cidade de Divinópolis. A pauta lá hoje é: MROSC e a instituição do Conselho Regional dos Gestores Municipais da regional centro oeste. Em setembro vai acontecer a reunião ampliada. No nosso planejamento ela vai se dá de dois em dois meses. A data posteriormente vai ser anunciada. Em outubro voltaria o segundo encontro regional, seria na região metropolitana. A nossa proposta é que em outubro seja realizado na região metropolitana. Posteriormente deve definir também o local onde vai ser. E volta em novembro para a reunião ampliada, que vai ser em BH novamente. A proposta é que a reunião da regional central seria em Curvelo, em dezembro de 2017. Se o Gilberto quiser colocar mais alguma coisa... Obrigada a todos. **SIMONE:** Obrigada vice-presidente. Gilberto, você quer complementar? Está bom. Muito obrigada. Eu vou proferir aqui os informes da SEDESE. Por favor, eu peço que coloquem

para mim. Eu vou começar informando ao Conselho Estadual... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu quero dizer aos conselheiros que a gente vai ampliar o espaço. Nós vamos ver como que a gente melhora aqui as nossas condições. Pode passar. O Conselho não tem só acompanhado, mas também participado... Mas nós ofertamos de 22 de maio a 14 de julho 45 turmas do curso de atualização e vigilância socioassistencial do SUAS nos 21 polos de capacitação da SEDESE. Foram capacitados 743 municípios e 1.5332 trabalhadores. A mobilização se deu através de ofício, e-mail, para as prefeituras e secretarias municipais. Também pelo site da SEDESE, pelo INFOSEDESE, no facebook e com o esforço das diretorias regionais e com a valorosa contribuição do CEAS e da AMM. Aqui é a ilustração do polo de São João Del Rei e do polo de Almenara. Aqui eu já trouxe um balanço preliminar. O balanço mesmo é feito com a avaliação que a SEDESE estava fazendo junto com a AMM e principalmente com a Fundação João Pinheiro. Por favor, antes. Ai! O meu tem uma a mais. Então tá! Pode passar. Isso! Ai! Foram ofertadas 1.840 vagas. Foram inscritos 1.793. Concluíram o curso 1.533. Nós tivemos 149 evasões consideradas como aqueles que se inscrevem, mas não tem o mínimo de 75% de presença. Tivemos 111 desistentes. Pode passar. Nós também fizemos o Seminário de Lançamento do Caderno de Orientações do Controle Social no SUAS. O lançamento foi realizado na FUMEC. O lançamento do caderno lançou o material que está sendo utilizado no curso do controle social. Nesse seminário também a gente lançou o período conferencial aí da conferência estadual de Minas Gerais que está sendo precedida por 21 conferências regionais. Nós fizemos uma avaliação do seminário na presidência ampliada. Avaliamos que foi um momento muito importante. Foi um seminário muito bom. Nós contamos com a participação do Grupo de Mobilização Social da secretaria municipal adjunta de assistência social a quem eu já agradeço, viu William? Você leva o nosso agradecimento ao Conselho Municipal de Belo Horizonte. O grupo teve um papel importante não só no seminário, mas também no próprio caderno. O caderno resgata muito o conteúdo que o Grupo de Mobilização Social organizou. Um conteúdo histórico, mas também muito importante porque foi muito lúdico, né? Foi muito bacana. Nós tivemos a apresentação do caderno pela Márcia Pinheiro, e também o debate realizado pela professora Eleonora schkettine, muito bacana o seminário. Nós estamos realizando o curso de introdução e exercício do controle social do SUAS. O curso iniciou no dia 07 de agosto de 2017. As conferências regionais estão integradas ao curso, e estão sendo realizadas no primeiro dia do Capacita SUAS. É lógico que na hora da avaliação da conferência nós poderemos também avaliar essa integração. Pode passar, por favor. Aqui está o nosso calendário de execução do curso do controle social. Esse final de semana terão duas turmas viajando para a gente poder realizar a conferência regional tanto de Araçuaí, que será representada dentre outras pela nossa vice-presidente, e eu irei para Varginha junto com a conselheira Marta. Então nós faremos a conferência regional que, depois, dará continuidade ao curso do controle social. Também quero informar aos senhores que no dia 1º de agosto de 2017 foi realizada a videoconferência com o tema: “requisitos para parcerias no âmbito do SUAS do marco de regulamentação das organizações da sociedade civil e a Rede Cuidar.” Nós tivemos a participação de 810 dirigentes e trabalhadores das entidades. Isso foi muito bacana! A gente conseguiu reunir as entidades no Estado e também gestores municipais representando 306 municípios. É mais ou menos o número de municípios onde a gente tem entidades. Vou pedir a Débora para trazer para os conselheiros e para que todos tenham acesso... Nós fizemos uma cartilha muito bacana para o apoio técnico, viu gente? Já é o material do programa para o apoio técnico. Nós produzimos um material importante. Esses cadernos produzidos eles são muito importantes porque eles unificam a nossa linguagem, todo mundo se sente mais seguro para dar informação. Nós vamos realizar ainda mais duas videoconferências também com o objetivo de apoiar as entidades. Também informar aos senhores que nós

estamos participando de forma muito efetiva dos Fóruns Regionais de Governo. Os Fóruns Regionais de Governo têm caráter permanente de discussão, articulação e fiscalização. Com tudo, as grandes assembleia realizadas em cada território são realizadas de tempo em tempo. Os fóruns que aconteceram em agosto foram em Mucuri e Nanuque, nos dia 03 de agosto de 2017. Em Passos foi realizado no dia 10 de agosto de 2017, no sudoeste. Contou com a participação do nosso secretário Gilberto. Aliais, estava elegantíssimo no fórum! Diga-se de passagem! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Tímido, mas belo! Tímido, mas belo! Não é Gilberto? Nós teremos aqui em Betim, no dia 24 de agosto, no Fórum Metropolitano de Betim. Na região metropolitana a gente vai fazer dois fóruns: Betim e Belo Horizonte. Eu chamo a atenção, e peço principalmente aos representantes das entidades que puderem comparecer... A região metropolitana tem um número grande de entidades. Nós vamos aproveitar para divulgar o Programa Rede Cuidar, mas também para assessorar e apoiar as entidades para que elas tenham condições de estarem aptas ao programa. Vai ser no dia 24 de agosto de 2017. Nós estamos montando em todos os fóruns um estande da SEDESE. O estande vai ser na parte da manhã, e o debate da Rede Cuidar de tarde. Quem do Conselho for é só nos avisar para a gente organizar essa ida lá. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É. Semana que vem. No dia 31 de agosto o governo estará em Itamarandiba, no alto do Jequitinhonha. Também quero informar aos conselheiros que dia 03 de agosto foram liberados os recursos para o pagamento de mais duas parcelas do Piso Mineiro: parcela de março de 2017 e setembro de 2016. Soma-se assim, até o momento, a liberação de seis parcelas do Piso Mineiro em 2017, e nove em 2016. Foi realizado o repasse de duas parcelas para o cofinanciamento para os onze municípios referentes ao serviço de acolhimento institucional na modalidade de residência inclusiva. Foi realizado o repasse de seis parcelas para os onze municípios contemplados com o cofinanciamento para a implantação das referências técnicas da proteção social nos territórios de abrangência do CREAS Regional de Mucuri e do CREAS do Médio e Baixo Jequitinhonha. Essa lâmina ficou fora do texto e do contexto, né? Mas é só para os senhores terem noção, a gente já vem atualizando essa informação, de que nós já pagamos 77% da dívida. Ainda devemos 23% para os municípios. Também informar aos senhores as alterações do CAGEC na dificuldade de acesso aos SIGCON Saída. A Ivone já falou que a gente discutiu esse assunto na CIB. Foi publicada a resolução conjunta da SEGOV/CGE nº 01 de 26 de maio de 2017, que alterou os documentos exigidos para cadastro dos Fundos Municipais de Assistência Social no CAGEC por meio da inclusão de dois novos segmentos. Essa alteração está gerando dificuldade de acesso ao SIGCON Saída por meio do qual são preenchidos o Plano de Serviço e o demonstrativo de prestação de contas. Informamos que as providências para a regularização do acesso ao sistema estão sendo tomadas progressivamente. Nós estamos colocando à disposição para auxiliar aos usuários que estão com dificuldades por esses motivos os seguintes contatos: 31 3916-8042/ 8043/ 8038/ 8016. Aqui está o e-mail do departamento de gestão do Fundo Estadual, que é da superintendência do FEAS: [dgfeas@social.mg.gov.br](mailto:dgfeas@social.mg.gov.br) Informando que o prazo de preenchimento do Plano de Serviço de 2017 foi prorrogado até o dia 06 de novembro, isso também já foi informado pela Ivone, por meio da resolução da CIB nº 07/2017. A SEDESE empreenderá todos os esforços para colaborar e apoiar os municípios para a finalização do preenchimento do Plano de Serviço. Aqui é a situação de atualização do Fundo Municipal no CAGEC. Essa é uma consulta que nós fizemos em 1º de agosto de 2017. Nós temos 637 municípios regulares. Temos 181 irregulares. Temos 35 pendentes. Aqui também está o preenchimento do Plano de Serviço de 2017. A consulta também foi em 1º de agosto de 2017. Nós já temos 342 planos aprovados. Temos 365 em preenchimento. Em análise nos Conselhos Municipais temos 142. Temos duas pendências. Pode passar. Situação do preenchimento do demonstrativo das prestações de contas de 2014: 489 demonstrativos

finalizados; 364 em preenchimento. Lembrando que, devido aos problemas de acesso ao SIGCON Saída, o prazo foi prorrogado para 04 de agosto de 2017. Na próxima CIB a gente vai avaliar a situação e as possíveis providências. Também informamos aos senhores que nós realizamos oficinas regionais dos serviços e programas da proteção básica, que é realizado pela diretoria da proteção básica, objetivando a capacitação de técnicos nos serviços e programas da proteção básica. Nós realizamos em Ituiutaba nos dias 07, 08 e 09 de agosto. Em Teófilo Otoni será no dia 24 de agosto. Em Divinópolis será nos dias 12, 13, 14 e 15 de setembro. Aqui é o Programa Rede Cuidar no intuito de realizar ações de apoio técnico aos dirigentes de entidades, conforme previsto no eixo II do Programa Rede Cuidar. A SEDESE elaborou cartilha com orientações sobre os requisitos cadastrais para a parceria entre a administração pública estadual e entidade e organizações de assistência social no SUAS. Essa é a carinha linda da nossa cartilha! A gente está trazendo para distribuir para os (as) senhores (as). As conferências regionais de assistência social, que tiveram início na segunda-feira, dia 07 de agosto, nos municípios de Montes Claros, Uberlândia, Patos de Minas e São João Del Rei, elegeram 1.100 delegados que participarão no período de 09 a 11 de outubro, no MINASCENTRO, em Belo Horizonte, da 12ª conferência estadual de assistência social. Pode passar. Essa etapa das conferências, que estão sendo realizadas em 21 cidades polos no Estado, reunirá cerca de cinco mil pessoas entre delegados e participantes do curso do controle social do Capacita SUAS. As conferências regionais, neste ano, acontecem no primeiro dia da capacitação como forma de garantir uma experiência real e efetiva de controle social aos participantes. Além de discutir e deliberar sobre a garantia de direitos no fortalecimento do SUAS, as conferências regionais são momentos oportunos para a avaliação das ações governamentais e para a definição de prioridades políticas que representam os usuários, trabalhadores e entidades. Durante os eventos estão sendo discutidas também as instituições das URCMAS, que são fórum de caráter consultivos e permanente que buscam articular e fortalecer os Conselhos Municipais de Assistência Social. Os eventos regionais, que já ocorreram em Montes Claros, Patos de Minas, São João Del Rei e Uberlândia... Aqui também já estão defasados os meus informes, porque também já realizou em Paracatu, Salinas e Poços de Caldas. Aqui é um registro fotográfico das nossas conferências regionais. Pode passar. As próximas: 21 de agosto, em Araçuaí e Varginha. Dia 28 será em Almenara, Belo Horizonte, Muriaé, Passos e Uberaba. Nós teremos cinco conferências regionais. Dia 11 de setembro será em Governador Valadares. Dia 18 de setembro será em Curvelo, Ituiutaba e Timóteo. Dia 25 de setembro será em Divinópolis, Juiz de Fora e Teófilo Otoni. Eu agradeço muito aos (as) senhores (as). Esses são os informes da SEDESE. Rodrigo. **RODRIGO SILVEIRA:** É uma alegria muito grande de voltar para este Conselho representando um Conselho de classe profissional. Então é importante enquanto CRESS no Estado de Minas e no país inteiro, mas no caso, o da 6ª região. A gente também assume, recentemente, o Conselho Regional, a presidente é a Júlia Restori, com a missão de aproximar dos municípios e fazer a profissão da assistência social estar mais visível nos municípios. Não está sendo uma tarefa fácil, o CRESS tem uma série de questões, mas estamos na luta para conseguir. O CRESS está retomando a partir de agora as comissões, uma delas é a comissão de assistência social, a qual eu e a Franciele, aqui de BH, somos coordenadores. Ainda não temos um calendário fixo, ainda estamos fazendo algumas experimentações. Temos no final de semana, mas teve uma adesão. Tentamos agora no período das 19H. Então estamos tentando... A ideia é fazer uma enquete no site do próprio CRESS para poder ver qual que é o melhor dia e qual é o melhor horário para as pessoas participarem. Infelizmente a gente sabe que tem uma dificuldade dos municípios do interior vir, mas a gente quer através da diretoria aqui do Conselho tentar facilitar o máximo desse espaço. É óbvio que vamos fazer ações para os municípios, mas buscando sempre valorizar o acesso dessas

peças. E por último, o CRESS está com um evento que vai acontecer no dia 31 de agosto, às 14h, na Av. Afonso Pena 526, 4º andar – Centro. O tema do evento é: “o cuidado e o agir do profissional. Reflexões sobre a intervenção do (a) assistente social junto às mães usuárias de drogas e/ou com trajetória de rua. É um evento bacana! As inscrições são feitas no site do CRESS. Então é isso. Obrigado. **SIMONE:** Obrigada Rodrigo. Eu vou passar para a Dayana e depois para a Josiany. Por favor, Dayana. **DAYANA:** Bom dia a todos (as). É só para dar um informe. Juiz de Fora já fez uma primeira capacitação sobre a MROSC. Eu queria agradecer até a Sandra, mas eu acho que ela não está presente. Ela esteve presente junto com a assessoria jurídica do sindicato para nos apoiar nessa primeira capacitação. No dia 25, semana que vem, sexta-feira, a gente vai ter a segunda capacitação denominada: “tira dúvidas.” A gente teve a primeira para apresentação meses atrás, e agora é uma para tirar dúvidas. Qual é o intuito dessa capacitação de tirar dúvidas? Porque no dia 31 de agosto a gente vai ter uma audiência pública dentro do CMAS para a gente discutir em âmbito municipal ... Juiz de Fora tem algumas particularidades em relação a rede socioassistencial, principalmente privada. Então é para a gente se preparar para essa audiência pública que vai acontecer no dia 31. Na nossa conferência municipal, no mês passado, uma das deliberações é que houvesse essa audiência pública em nível da câmara municipal, mas a gente resolveu fazer essa anterior envolvendo todos os atores aí dentro do Conselho. Essa audiência pública é dentro do Conselho tá? É só esse informe. Obrigada. **GEISIANE:** Só pedir licença... A Sandra mandou uma mensagem pedindo que justificasse a ausência dela no período da manhã. Ela foi acompanhar a mãe ao médico. À tarde ele está presente com a gente. Obrigada. **SIMONE:** Eu vou passar agora para a conselheira Josiany, que também dará os informes. **JOSIANY:** Bom dia! O informe que eu vou dar é sobre o decreto que está tramitando no STF sobre a votação contra... A favor do decreto 3.239, que é contra a regularizações das terras das comunidades quilombolas. Dia 16 de agosto, quarta-feira agora, a gente estava em Brasília. Estivemos em Brasília com cerca de 1.500 quilombolas. Aí a gente estava nessa luta lá! A gente já estava reunido, mas por volta de 10h30min, chegou uma notícia que o relator que iria colocar em votação o decreto não apareceu. A gente está lutando pela permanência do decreto 488 de 2003, que garante a permanência das titularizações das terras quilombolas. Essa foi uma luta muito árdua para as comunidades. Muitas comunidades ainda não foram titularizadas. A gente tem 800 comunidades quilombolas no Estado de Minas. Dentro dessas 800 comunidades, uma comunidade foi titularizada. Se esse decreto 3.239 for votado, as comunidades quilombolas estão completamente “descalças” dentro desse processo, né? A gente esteve lá, mas como adiaram a votação, está previsto para votar no dia 30 de setembro. Ainda corre o risco de voltar de novo com essa votação. Mas a gente esteve lá. Como foi adiada, a gente voltou. Estamos muito inseguros. A população indígena teve conquista, né? Eles não votaram contra a titularização. Então, a gente está aí, na luta. Tivemos uma mobilização muito grande. O Brasil é quilombola! Todos pelo quilombo! A gente fez uma manifestação e tanto... Teve um aplicativo também... Passando pelo whatsapp... A gente estava recolhendo as assinaturas para também votarem contra esse decreto que estava “rolando”. Mas a luta ela continua. A tendência e o pensamento do STF é destruir toda a sociedade, principalmente a população negra, quilombola, que estão mais distantes das políticas públicas por aí. Esse é o meu informe. **SIMONE:** Muito obrigada conselheira Josiany. Tenha deste Conselho o nosso maior respeito e apoio pela luta dos quilombolas. Eu vou passar a palavra agora para a conselheira Arlete, depois para a conselheira Marta. **ARLETE:** Bom dia. Um bom dia especial às noras! RISOS. São tantas! Tem para todo mundo! Aqui vai ter um momento em que vamos falar das conferências regionais, mas eu quero fazer um agradecimento muito especial por ter tido a oportunidade de participar do Capacita SUAS. Até hoje eu estou em estado de graça! RISOS. APLAUSOS. Nossa! Uma maravilha! Eu

digo assim, que não participou, faça um esforço para poder participar. A gente sai muito empoderado, muito mais firme, muito mais consciente do papel da gente repensando em algumas coisas que a gente fez nosso passado. Com o Capacita SUAS a gente tem mais certeza e mais responsabilidade com essa política pública, que é a participação nos Conselhos Municipais e, conseqüentemente, Estadual e outros. Em consequência da participação no Capacita SUAS, nós tivemos a participação de mais quatro mulheres de Buritizeiro, uma é do governo, as outras três são da sociedade civil. Aí a gente foi percebendo um tanto de coisa que na nossa cidade a gente sabia, mas não tínhamos certeza. E ao retornar, imediatamente, elas mobilizaram a reunião e me convidaram. A reunião foi na secretaria da assistência social. Aí teve que colocar “as cartas na mesa”: falta de informação, falta de representação de delegados lá em Montes Claros... Isso gerou um documento que foi enviado aqui para Belo Horizonte, para o Conselho, para SEDESE, pedindo desculpas e responsabilizando o Conselho Municipal pela a não participação dos delegados. Eu fiz questão de ficar até mais calada porque foi uma oportunidade das outras mulheres estarem participando mais. É claro que nós combinamos antes um pouco como que seria a nossa participação nessa reunião. Dois pontos que me chamaram a atenção: responsabilizar o Conselho pela a não participação dos delegados, e ao mesmo tempo ter liberado um carro público para trazer aquelas mulheres. A justificativa não combina com o encaminhamento da situação. E nesse documento que vocês terão acesso, já foi enviado para a secretaria, está pedindo a inclusão dos delegados que não vieram para estarem presente na estadual. Eu expliquei que se faltava um número em determinado seguimento, imediatamente ele era completo com outro segmento. Isso foi explicado. Mas o documento vai estar aí. Embora eu saiba que vai ter resposta, eu peço para que realmente responda e oriente que seja apresentado para a próxima reunião do Conselho Municipal a resposta que vai chegar na cidade. A outra questão é pegando como tema o que gera uma melhor possibilidade de entendimento e participação: “organizar, lutar e resistir”. Nós estaremos fazendo um encontro de mulheres para refletir acerca dos avanços e retrocessos da Lei Maria da Penha. A nossa intenção é que seja mais ou menos regional, vamos até onde a gente alcança. Também falar que foi contratada uma consultoria lá na secretaria municipal da assistência social de Buritizeiro incentivando a aderir ao Programa Criança Feliz. Foi triste ver a consultora... Uma pessoa que conheço há muito tempo... Ela te citou vocês, ela conhece vocês. E eu falei: “pois é! Você sabe qual é a decisão do Conselho?” “É. Mas ruim com ele. Pior sem ele!” Ela falando do programa... Eu só quero registrar que o Conselho tomou essa decisão e foi respeitado pelo Estado, tanto é que a secretária de Estado da SEDESE falou sobre isso na conferência em Montes Claros. A gente trabalhou muito e foi unanimidade lá. Tem o registro lá e fica aqui também. Eu percebo que ao mesmo tempo em que a gente pensa que não está participando muito, que não está contribuindo muito, a gente vai se empoderando das informações e dos conhecimentos. Agora eu me sinto realmente como uma pessoa que está contribuindo para o fortalecimento deste Conselho. Obrigada. APLAUSOS. **SIMONE:** Muito obrigada conselheira Arlete. É sempre muito bom ouvi-la e tê-la. Eu passo para a conselheira Marta. **MARTA SILVA:** Bom dia a todos (as)! Eu queria solicitar a este Conselho, diante do relato da conselheira Josiany, que esse Conselho Estadual também se manifestasse em apoio às comunidades quilombolas. Que este Conselho tire um manifesto apoiando as comunidades de Minas Gerais. E a outra, conselheira Juanita... Eu acho que todo mundo tomou conhecimento, e esse Conselho se manifestou também, sobre o acidente e a tragédia que a gente viveu recentemente em relação aos membros da Federação das APAES. E aí, eu acho que mais uma vez, registrar nessa plenária a solidariedade deste Conselho com as famílias da Federação das APAES. **SIMONE:** Muito obrigada conselheira Marta. Eu peço então que a senhora produza um documento de apoio a luta dos companheiros quilombolas para que até o final do pleno a

gente possa votar aqui. Também quero registrar aqui conselheira Juanita todos os nossos sinceros sentimento de solidariedade já explicitado por este Conselho á Federação das APAES. Foi um momento muito triste, né? Muito trágico. Eu acho que mostra para nós como que como nesse mundo ficamos preocupados com o futuro, quando na verdade a vida nos aponta verdadeiramente o presente. Tenha do nosso Conselho Estadual, de cada um de nós, os nossos mais sinceros sentimentos. Eu vou passar para a conselheira Cris.

**CRISTIANE:** Bom dia a todos (as). Eu só queria registrar mesmo a participação enquanto conselheira, mas também enquanto representante da rede na conferência de... Na verdade eu fui como CEAS na conferência de Contagem. A conferência da cidade de Contagem aconteceu no dia 29. Eu não sei como que foi esse convite, mas todos da mesa tiveram fala, mesmo o CEAS. E aí, eu não sei como que foi essa organização, então eu nem coloquei como questionamento. Eu estava com a carta que nós deliberamos aqui. Ela seria o conteúdo para ser lido, mas não questionei. No dia eu estava também um pouco transtornada, o meu carro fundiu o motor... E aí, eu nem quis muito debater! VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** É! Fundiu o motor chegando lá na conferência! Aí não tive fala... Eu falei: “Ah! Talvez esse seja até o encaminhamento mesmo...” Mas enfim, é só para dizer isso. E com relação à conferência de Belo Horizonte, nós participamos mesmo enquanto entidade, delegados... A conferência de Belo Horizonte me traz uma questão que eu fiquei muito incomodada enquanto conselheira. Eu fiquei com medo de a gente cometer esse equívoco. Eu acho que a SEDESE, pelo menos pelas atividades que eu participei nos municípios onde estavam lá os diretores de regionais da SEDESE, eu percebi que tiveram esse cuidado. Nós, na conferência estadual, temos que ter o cuidado de fazer o conferir. Eu acho que isso é fundamental para a conferência. Belo Horizonte colocou na pauta que teria o conferir. O executivo apresentaria o que estava sendo encaminhando, o que estaria sendo executado e não foi feito. Eu acho que isso é uma perda ao Conselho Municipal de Assistência Social. Eu quero registrar que eu acho que faz parte do Conselho Municipal acompanhar isso. Eu, enquanto conselheira estadual coloco isso aqui, de termos esse cuidado na conferência estadual, de pontuar o que está sendo executado. Eu acho que isso dar clareza para a proposta. Na conferência a gente não vai determinar proposta, encaminhar proposta, se a gente sabe como que está “andando o carro”. Eu coloco isso para o Conselho Municipal de Belo Horizonte, eu acho que deixou passar despercebido isso. Eu cobre isso na própria conferência. Os secretários pediram para colocar como repúdio, porém, entretanto, já tinha passado o horário de repudiar. Dentro dos próprios grupos das discussões as pessoas estavam completamente perdidas. “Uai! Mas já não tem tantos CRAS? Já não foi feito? Já não está encaminhado?” Não sabia-se o que poderia ser priorizado ali das propostas que vieram das conferências regionais. A outra questão que eu acho importante é que a juventude que esteve presente na conferência de Belo Horizonte trouxe alguns questionamentos que eu acho que gente precisa se debruçar sobre ele. A juventude inclusive sempre coloca a gente para pensar porque vem com respiro e com ar novo, que é a questão da paridade. Eles questionaram a paridade. Naquele auditório tinham muito mais representantes envolvidos com a gestão do que com a sociedade civil. Eu acho que é uma questão que a gente precisa pensar! Eles estão querendo se articular para discutir isso fortemente. Foi apontado para eles que isso tem que ser discutido aqui, no Conselho Estadual. Então eu digo ai Conselho para a gente começar a se preparar porque vem aí essa discussão. Nós vamos precisar pensar sobre isso. A outra fala dentro da conferência de Belo Horizonte que eu acho que a gente precisa pensar... E aí, eu trago ela com muita propriedade porque fala um pouco de mim enquanto cidadã. Se eu não me engano, foi a professora Eleonora... Eu estou confusa! A Simone estava na mesa, então talvez possa me corrigir se eu estiver equivocada. Ela disse da representação nas conferências, que na conferência municipal grande parte eram mulheres. Ela ia subindo

nos níveis, até chegar na conferência nacional com grande parte de homens. Isso me incomodou muito por ser uma coisa que a gente vê, mas não observa. Eu acho que a gente precisa pensar nessa questão da representatividade. Na outra plenária nós já discutimos a questão da representatividade no âmbito regional das cidades de Minas. Eu acho que a gente precisa pensar nessa fala da Eleonora, ela é muito provocativa. Como que as mulheres não estão conseguindo chegar na conferência nacional. Como que é isso? Eu acho que a gente precisa discutir e debater isso. Ela disse que as mulheres não estão conseguindo chegar. Eu, como mulher negra, começo a imaginar quantas mulheres que chegam até a conferência nacional são negras. Aí isso me incomodou. Me incomodou a fala dela em relação também ao público indígena que não consegue chegar. Isso me trouxe uma reflexão mesmo desse espaço de representatividade dentro de conferência e o que é isso, né? Eu acho que o Programa Bolsa Família ele faz essa priorização do repasse para a mulher. Eu acho que a gente precisa pensar como que é isso nesses espaços, de serem delegados (as), de garantir isso. Então eu trago isso para reflexão. Eu provoço os conselheiros para a gente pensar em oficinas e ver esses números de fato. Ela disse disso com números. Eu acho que a gente precisa pensar nisso. **SIMONE:** Obrigada conselheira Cris. Conselheiro William. **WILLIAM:** Bom dia a todos (as). Eu tenho duas ponderações, uma é até com relação ao que a Cris colocou aqui agora. Eu ratifico o que ela falou. Teve esses percalços mesmos na conferência de Belo Horizonte. Preocupou muito nós, da sociedade civil e o Conselho de Belo Horizonte. Esse ato de conferir, no dia a gente tentou fazer oficina para ver se conseguiria fazer como que ele fosse posto, mas a gente não conseguiu. Eu não fiz parte da comissão organizadora, mas tiveram vários problemas de organização. Foi avaliado que a empresa que prestou o serviço deixou a desejar e tal... Teve uma avaliação bem complicada com relação a essas questões. Muito do que estava previsto não aconteceu, principalmente essa pauta do ato de conferir. Isso preocupada demais! Eu concordo com você! A gente está discutindo até hoje no Conselho lá... Está tipo uma “queda de braço” lá! Cris, o que você disse em relação a essa questão da mulher, de colocar em evidência essa questão feminina, eu acho que realmente isso acontece mesmo. Nós, os trabalhadores, quando fomos eleger os delegados para a conferência regional, a gente tomou esse cuidado. A gente conseguiu eleger a maioria mulheres. Na hora da eleição inclusive conseguimos fazer com que as mulheres ficassem como prioritárias. Isso foi um avanço que a gente considera enquanto trabalhadores, porque a maioria realmente são as mulheres trabalhadoras. A gente conseguiu fazer isso. Pelo menos é uma iniciativa, né? Eu acho que é interessante. Eu acho que a gente pode tentar de pouco a pouco pulverizando essas ações em vários seguimentos. Eu achei interessante. Eu queria também informar para vocês, senhores (as), que aconteceram duas reuniões da URCMAS aqui, da região metropolitana, que eu considere muito importante. Elas foram muito válidas. Uma aconteceu em... Aí... Pedro Leopoldo? Pedro Leopoldo. Isso! A outra em Nova Lima. Em Pedro Leopoldo foi em julho, Nova Lima foi em agosto. Elas foram muito interessantes por que... A URCMAS da região metropolitana está tomando um cunho mais capacitivo. Eu acho que é uma demanda que é iminente para todos os municípios, sabe? Na penúltima nós tivemos a capacitação de uma pessoa tem uma expertise muito grande em orçamento público... **PARTE 2 WILLIAM:** (...) De Belo Horizonte. Foi interessante porque no dia aconteceu a capacitação, no outro dia nós tivemos que votar o assunto relacionado, que foi o assunto do PPAG. E aí, a gente já se capacitou, e já executamos no outro dia em Belo Horizonte. Muito interessante. **SIMONE:** Obrigada conselheira William. Conselheira Silvana. **SILVANA:** Eu queria na verdade reforçar isso o que o William está falando, do papel das URCMAS como capacitação. Nós discutimos na comissão de apoio, eu acho que há dois atrás, sobre realizar videoconferência com os Conselhos Municipais. A Simone falou que fez uma videoconferência com a SEDESE com 810 dirigentes. Então é possível

a gente fazer essas videoconferências também com os Conselhos reforçando esse papel de capacitação dos Conselhos Municipais. Ao invés da gente atender demanda dos Conselhos depois que os problemas chegam, a gente traça ações de capacitação com os Conselhos através de videoconferência. Eu acho que as URCMAS podem ter um papel aí nessa ação junto à comissão de apoio. **SIMONE:** Conselheira Érica. **ÉRICA:** É só um informe. Em agosto a gente está no mês da psicologia. É um mês onde tem vários eventos em comemoração ao dia da psicologia, que é dia 27 de agosto. A gente vai ter vários eventos nas subsede. Em todas as subsede estão tendo evento. Com relação à assistência, já foi discutido as relações de trabalho lá em Divinópolis. O Seminários do SUAS é em Juiz de Fora, onde vai ter a presença do CRESS também. Aqui, em BH... Tem a programação toda no site. Vai ser uma semana de oficinas e debates. Será uma semana comemorando a psicologia. Na oficina do SUAS terá elaboração de documentos sobre a assistência. São diversos temas: saúde mental, educação... Contemplando todas as áreas da psicologia. Essa programação completa está no site. Eu nem vou dizer aqui porque é muita coisa. Procurem, e divulguem para os seus colegas. É um mês de comemoração. São 55 anos de regulamentação da psicologia. Então temos muito a comemorar, né? Muita inserção dos psicólogos nos espaços públicos... Então, realmente é uma grande conquista. Obrigada. **SIMONE:** Obrigada conselheira Érica. Está inscrito aqui o Bruno, que é da assessoria do Dep. André Quintão. **BRUNO:** Bom dia a todos (as). Eu queria cumprimentar os (as) conselheiros (as) e a equipe da secretaria executiva. As conferências regionais começaram, eu acho que vai ter um ponto de avaliação, né? Mas a gente foi em duas. E, de fato, eu acho que tem cumprido muito aquilo que está estabelecido como lema por este Conselho: organizar, lutar e resistir. Eu queria cumprimentar primeiro nesse ponto. Dizer que a gente está acompanhando, estamos “rodando” o Estado também junto com o Conselho. Em nome do mandato, eu queria cumprimentar a Juanita e toda a equipe da Federação das APAES. A gente ficou bastante consternado com o que houve. Então, receba aí a nossa solidariedade, de toda a equipe, pelo o que aconteceu. Eu queria também trazer um informe mais militante, digamos assim. Na última semana, Belo Horizonte sediou o Congresso da LGBT que é a entidade máxima de representação dos movimentos sociais LGBT do país. Teve uma reforma estatuante, a gente aprovou a criação de uma secretaria nacional de assistência social. Existe um conglomerado de organizações, são 308 organizações. É a maior entidade da América Latina e do Caribe que debate a pauta. Nós criamos uma secretaria nacional que vai estabelecer um programa e uma tese para defender no nosso próximo congresso. A gente está fazendo trincheira na luta pela assistência social no país. Por acaso, eu estou como secretário... **RISOS.** Temos grandes metas. Esperamos estabelecer um diálogo muito importante com este Conselho. Era isso o que eu queria trazer. **SIMONE:** Muito bem, Bruno. Muito obrigada. Parabéns! Parabéns para vocês! Eu acho que é um momento muito importante! Deixar claro para todo mundo que ninguém vai colocar ninguém nunca mais no armário se depender de nós, não é Bruno? Eu também me inscrevi aqui. Depois eu vou passar para a nossa vice-presidente para ela proferir os informes da presidência ampliada. É só como registro. Eu também fui em algumas conferências municipais. Teve conferências municipais que eu fui que eu vi como que a sociedade civil é tão aguerrida e importante para os Conselhos. Como que ainda tem Conselhos que a sociedade civil é que banca a conferência onde não se tem presença do governo, como se o projeto da assistência social para o município fosse só da sociedade civil. Eu acho que a conferência de Belo Horizonte foi uma conferência importante, uma conferência grande, quase uma conferência estadual. Tinham muitos usuários e muitos trabalhadores. Foi muito bacana. Eu acho que isso que tem ser registrado. Eu acho que teve problemas mesmo na organização da conferência. Ainda continua isso, né? É uma dó! Se tem uma coisa que não tem regulamentação são as conferências. Toda a conferência

“a gente fica com o coração na mão”: que empresa que vai ganhar; Como é que vai ser; Se ela tem experiência; Se ela não tem experiência; Se o microfone está contratado até às 17h; Como que a gente vai fazer com a cadeira, com o almoço... Parece que a gente está começando todo ano. Então, tenha a nossa solidariedade também, a vocês que estão aqui, todos os conselheiros que dão muito orgulho na gente. Depois que eu fiz uma rodada nas conferências municipais, eu tenho certeza de que se têm duas coisas que não tem como escapular é o debate da representação e da paridade, e com toda a razão! Eu estou absurdamente convencida de que não tem condições da gente ficar discutindo paridade em conferência municipal e conferência regional. Sinceramente, eu acho que a gente deve discutir a conferência estadual. Eu acho mesmo! Eu acho que a gente precisa rediscutir essa questão. A gente percebe que quando chega nas conferências regionais... O coração da gente até aperta, né? Por que o que está acontecendo? Com a exigência da paridade... Você vai fazer paridade com quem? O governo é o secretário municipal e o coordenador do CRAS. Se você for estender vai ter mais dois ou três! É um negócio mais... Eu só acho que... Eu acho essa uma questão. Nós vamos ter que discutir mesmo o modelo das próximas conferências. É uma pena que a gente não tenha tido a lucidez e a clareza antes de começar a nossa, senão a gente já faria as mudanças, eu acho. Eu acho também que essa é uma discussão que a gente tem que tomar muito cuidado para que o governo não escapular mais ainda. A tendência de escapular vocês sabem como é, né? Ainda mais na nossa área! De transferir tudo para a sociedade civil, para as entidades, se desresponsabilizar... Então a gente tem que tomar muito cuidado. Eu quero deixar registrado que eu concordo plenamente. Aliás, eu acho que depois dessa conferência, eu tenho dito isso, esse Conselho nunca mais vai ser o mesmo. Não vai! Não tem condições de ser o mesmo. Depois de tudo o que está acontecendo, depois dessa conferência que nós estamos realizando, do papel importante que a sociedade civil tem, nós temos que mudar mesmo a forma de organizar a conferência, mas de organizar o Conselho também. Eu queria só fazer esse registro. Muito particularmente, fraternamente, companheiramente, parabenizar o conselheiro Rodrigo pela conferência dele Nova Lima e pela coragem deles. William, eu queria também parabenizar vocês. Parabéns! Belo Horizonte é sempre uma conferência importante. Você chega lá e sente o calor do debate democrático. Isso é muito bacana! Parabéns mesmo para todos que estão! Para a conselheira Arlete! Eu acho que é muito bacana esse relato dela também da participação. Eu acho que nós estamos cumprindo um papel importantíssimo no processo conferencial! Eu espero que a gente cometa o mínimo de erro possível. Por isso eu acho que a gente tem que discutir muito entre nós para acertar melhor o rumo. Eu vou passar então para a nossa vice-presidente, ela vai fazer o relato da presidência ampliada do Conselho. Nós tivemos uma reunião ontem. Vamos encerrar então esse ponto dos informes para a gente dar continuidade a nossa pauta. **GEISIANE:** Na presidência ampliada, além da discussão da proposta de pauta para hoje, a gente tem aqui um repasse importante para fazer para todos (as) com relação a uma denúncia que foi feita em uma reunião de pleno aqui do Conselho Estadual de Assistência Social. A gente obteve uma resposta, então achamos importante fazer a leitura para todos. Foi trazida pela conselheira Érica, lá de Pouso Alegre. Veio uma resposta do Conselho, então vamos fazer para todos aqui um esclarecimento. O ofício enviado deste Conselho para a presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Pouso Alegre foi o seguinte: Belo Horizonte, 11 de maio de 2017. Senhora presidente. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG tomou conhecimento em sua 221ª plenária ordinária, ocorrida no dia 27 de abril, sobre um projeto que envolve a retirada, o acolhimento e o tratamento da população de rua no município de Pouso Alegre. Ainda, que o projeto será debatido em audiência pública na câmara municipal. Reafirmamos o papel fundamental de controle social por meio dos espaços de participação popular como

os Conselhos Municipais de Assistência Social, e no cumprimento desse papel cabe aos Conselhos Municipais de Assistência Social acompanhar as ações e os serviços que o município, ou entidade privada, ofertam no atendimento aos usuários da política de assistência social. Também, que os Conselhos de Assistência Social devem atuar pela afirmação dos direitos da população em situação de rua, uma garantia legal instituída na Lei Orgânica de Assistência Social. No entanto, na contramão da garantia desses direitos há um crescente movimento que propõe, equivocadamente, ações higienistas, atos de limpeza dos espaços públicos, através da retirada dos pertences dos moradores de rua e, até mesmo a retirada involuntária das pessoas que utilizam a rua como único espaço para viver. O CMAS é um espaço de participação social que deve atuar para garantir direitos adquiridos e estabelecidos na legislação da política de assistência social. Os serviços socioassistenciais que devem ser ofertados as pessoas em situação de rua estão definidos na resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/2009. Dentre eles, como é de conhecimento desse CMAS, o Fundo Municipal de Assistência Social recebe recurso de cofinanciamento federal para serviços especializados em abordagem de rua, Centro de Referência Especializado Para a População em Situação de Rua – Centro POP, o PAEF – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos executados pelos CREAS. Este equipamento público também é cofinanciado pelo Fundo Nacional de Assistência Social, além dos recursos específicos para o acolhimento institucional para a população em situação de rua e serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, que se complementam com o cofinanciamento estadual do Piso Mineiro de Assistência Social. Por fim, vale ressaltar que todas essas ações têm em comum a finalidade de assegurar a proteção social à população em situação de rua ao possibilitar as condições de acesso a rede de serviços e a benefícios assistenciais sempre na perspectiva de alterar a condição de vulnerabilidade desses usuários do SUAS. Com o intuito de repreender as implicações da denúncia para os usuários do SUAS, o CEAS requer informações a este Conselho Municipal de Assistência Social de modo que seja esclarecida a situação apontada. Para tanto, solicitamos algumas informações, dentre outras que se julgar necessário para compreensão da situação local em especial: se o Conselho tem conhecimento do projeto proposto para a população em situação de rua de Pouso Alegre; Os objetivos; A metodologia; As metas envolvidas na elaboração e na execução do projeto; E qual o posicionamento do CMAS sobre esse projeto: se apreciou e deliberou a sua aprovação, ou não. Ainda, pedimos a gentileza em consultar a gestão do município sobre os equipamentos e os serviços socioassistenciais prestados pela rede pública e privada obtendo informações sobre a situação da população de rua, e demandar a manifestação do órgão gestor sobre os fatos ora apresentados, além de prestar informações que contribuam para os esclarecimentos devidos e para subsidiar a atuação conjunta entre os dois Conselhos – CMAS e CEAS, no sentido de garantir os direitos aos usuários da política de assistência social. Frente ao exposto, aguardamos retorno no prazo de 30 dias a contar da data de emissão desse ofício. Nos colocamos a disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários. Atenciosamente, Simone. Presidente do Conselho. E aí, a resposta do Conselho. Pouso Alegre, 11 de junho de 2017. Em atenção à solicitação de vossa senhoria por meio do ofício 64/CEAS, vimos prestar os seguintes esclarecimentos. O Conselho Municipal de Assistência Social desenvolve as suas ações de controle social por meio de reuniões ordinárias extraordinárias e ampliadas, conferência municipal, cadastro e registro das entidades. Acompanha as ações socioassistenciais desenvolvidas pela gestão do município ou entidades privadas junto aos usuários da política de assistência social, a fim de possibilitar os direitos de acesso a rede de serviços e benefícios assistenciais na perspectiva de alterar a condição de risco ou vulnerabilidade dos usuários da política de assistência social, fiscaliza, analisa, delibera e acompanha as aplicações, os recursos,

Plano de Ação e prestação de contas, conforme preconiza a legislação. Este Conselho não tem conhecimento e não apoia nenhum projeto de cunho higienista. Os serviços ofertados para as pessoas em situação de rua no município de Pouso Alegre são oferecidos através dos equipamentos da rede pública: Centro POP, abordagem social acolhimento institucional e instituições privadas, sendo essas cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social. Ambos estão de acordo com a resolução do CNAS 109/2009 e outras legislações pertinentes. As entidades da rede privada que desenvolvem ações socioassistenciais estão cadastradas junto ao Cadastro Nacional de Entidades – CNEAS e no CNAS, e vem sendo acompanhadas pelo referido órgão. Esclarecemos ainda que a secretaria de política sociais está estudando novos projetos e parcerias para complementar os serviços de atendimento e acolhimento as pessoas em situação de rua. Todos esses projetos estão em fase inicial de estudo. A viabilidade de cada um será analisada considerando vários fatores como recursos orçamentários e obrigações legais, principalmente no que tange os direitos da população em situação de rua, conforme a LOAS 8.742/93. A secretaria de políticas sociais informou que dará pleno conhecimento ao CMAS dos projetos considerados viáveis para que possam ser analisados pelos órgãos competentes e, que em momento algum, irá apoiar ações ou projetos que não sejam para a garantir os direitos adquiridos e estabelecidos pela Constituição Federal e/ou política pública de assistência social. Sem mais, coloco-me a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos. Atenciosamente, Cíntia Gomes, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Pouso Alegre. Essa foi uma denúncia que foi recebida por este Conselho, em pleno. Foi encaminhado então ofício no mês de maio. A resposta do CMAS lida agora foi enviada em 11 de junho. Érica, a gente definiu ontem na reunião da mesa ampliada que também enviaremos essa resposta para o seu e-mail, está bom? Está aberto. Se alguém quiser fazer alguma colocação... Érica... Fiquem a vontade. Na reunião de ontem definimos a pauta. Ficou acordado que faremos ainda hoje as avaliações e as discussões pertinentes ao processo conferencial, tanto as conferências regionais, quanto o processo de preparação para a conferência estadual. Enfim, eu acho que foi isso. **SIMONE:** Obrigada vice-presidente. Eu vou então passar para a Consolação, ela vai fazer a leitura da justificativa das ausências. **CONSOLAÇÃO:** Foram justificadas as ausências: Rodrigo, da ASSPROM, por motivo de trabalho; A Magda e a Taynara, da Secretaria de Saúde, também por trabalho. **SIMONE:** Obrigada. Agora eu vou dar posse aos seguintes conselheiros: representando a sociedade civil, a Maria da Conceição Silva, que é suplente. Ela vai representar neste Conselho o Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Lima. Maria, muito bem-vinda. Assinar o nosso caderno de posse aqui, por favor. APLAUSOS. Muito obrigada, Maria da Conceição. Seja muito bem-vinda. Também quero dar posse ao conselheiro Rodrigo Silveira e Souza, que é titular nesse conselho representando o Conselho Regional de Serviço Social. APLAUSOS. O Rodrigo está aqui! Muito obrigada conselheiro Rodrigo. Muito bem-vindo, de novo, ao nosso Conselho. Eu também quero dar posse a Ana Cristina de Resende Dias, que representa a Secretaria de Estado da Fazenda, como suplente, neste Conselho. APLAUSOS. Aí nesse caso, o Wilson vai assumir a titularidade da Secretaria de Estado da Fazenda. Também quero dar posse a conselheira Fabrícia Ferraz Mateus Lopes, como titular, da Secretaria de Estado... É a SEAPA? De agricultura. Desculpa Fabrícia. APLAUSOS. Eu abro aqui a palavra, se os novos conselheiros quiserem falar... Quer falar dona Maria? **MARIA CONCEIÇÃO:** Bom dia a todos (as). É com muito prazer que eu estou chegando a este Conselho. Eu espero contribuir muito, e também apreender com vocês. Obrigada. APLAUSOS. **SIMONE:** Rodrigo. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** A conselheira Ana Cristina. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não? Conselheira Fabrícia. **FABRÍCIA:** Bom dia a todos. Eu só queria falar que para mim está sendo um aprendizado muito grande estar aqui na presença e na companhia

de vocês. Eu sou assistente social, mas quando eu atuei como assistente social não existia o SUAS nas prefeituras. Aí eu fui para o trabalho social nas comunidades rurais. Para mim, está sendo um aprendizado muito bacana aqui. Eu quero agradecer. A gente já está também acionando lá na SEDA para indicação de uma suplência. A gente olhou o ofício já tem mais de 40 dias, mas eles não deram retorno. Aí essa semana eu estive lá no gabinete, então eles ficaram de estar enviando. Consolação, a menina já vai enviar o ofício. Em breve a gente vai encaminhar, está bom? Obrigada. **SIMONE:** Muito obrigada a você. Muito bem-vinda. Agora nós vamos passar para o ponto de pauta da discussão das comissões temáticas. VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** Só um instante, gente. É só para a gente apreciar a ata da 223ª plenária ordinária. A gente tem que colocar em votação. Alguém tem alguma coisa? **GEISIANE:** Ok. Está colocado em regime de votação. Por favor, aqueles que aprovam a 223ª ata, por favor, se manifestem. Contrário. Abstenções. Então aprovada, por unanimidade, a 223ª ata. **SIMONE:** Eu vou pedir para a conselheira Marta se sentar aqui conosco, por favor, para que ela possa fazer o relato da discussão da comissão de política. Vamos lembrar aos conselheiros que nós deliberamos no último pleno que o Conselho daria prioridade ao debate da conferência estadual. Só que nós temos duas discussões que tiveram que ser feitas por causa de prioridade de prazo. Ontem nós tivemos uma reunião de duas comissões: comissão de política e comissão de orçamento. Todas as duas farão o relato. A Marta fará o relato do debate realizado na comissão de política. **MARTA SILVA:** Só para retomar esse ponto que a comissão de política apreciou ontem. Já era uma pauta do mês passado que a comissão tinha como tarefa a responsabilidade de fazer a análise do diagnóstico. No entanto, a gente precisou adiar para esse mês porque no mês passado a gente suspendeu a reunião das comissões para a gente dar espaço, só que a sociedade civil tinha solicitado nesse Conselho em relação ao processo eleitoral. Naquela ocasião a gente viu a relevância que era esse encaminhamento. E também esclarecer que a CIB já havia apreciado esse diagnóstico, e já manifestou sobre esse assunto em resolução nº 06/2017, no mês de julho. E que a SEDESE informou ao MDS sobre esses encaminhamentos e esses prazos. A gente tem que cumprir alguns cronogramas. O MDS tem o conhecimento que este Conselho Estadual ainda está analisando o diagnóstico do pacto de aprimoramento da gestão do SUAS. Antes de a gente começar, esse era o relato que a gente achava importante colocar. Ontem a comissão de política contou com a participação dos conselheiros da comissão de normas: conselheiro Volney, conselheiro William e a conselheira Maria do Carmo Brandão Vilas Boas. que nos ajudaram na construção... VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** É! Aqui está Vilas Boas. Eu só coloquei o Boas. Você é muito boa Maria do Carmo! **RISOS.** Desculpa. Eu fui lendo bem de pressa aqui. É... Para nos ajudar na discussão e na atenção aos pontos importante. O diagnóstico situacional é um documento longo. E aí, o que a gente vai pedir é que a SEDESE nos ajude a contextualizar para essa plenária o diagnóstico fazendo a apresentação das metas só para que vocês tenham conhecimento do que a comissão ontem apreciou. A gente já adianta que o encaminhamento da comissão é pela aprovação do diagnóstico. Nós já trouxemos inclusive a minuta de resolução, que já foi distribuída para os conselheiros. Jaime, você apresentaria para a gente? Ou a Gabi? **JAIME:** Bom dia a todos. Eu sou o Jaime, superintendente de capacitação e monitoramento e avaliação da política de assistência social da SEDESE lá da SUBAS. Eu só vou fazer uma introdução. A Gabriele, que é diretora lá da vigilância, vai apresentar para nós a avaliação do pacto. Só para situar vocês com relação ao pacto de aprimoramento do SUAS, só para a gente lembrar... Quando instituímos em 2005 a primeira NOBSUAS, a gente tinha um processo de adesão dos entes ao SUAS. Eu não sei se vocês lembram, mas os municípios eles se habilitavam a gestão básica. No caso dos Estados, naquela época, a gente discutia que o Estado não precisava habilitar, mas a gente precisava criar algum instrumento para essa

adesão do Estado. Então, naquela época, nós fizemos o primeiro pacto de aprimoramento do SUAS. Essa ideia de pacto surgiu primeiro para os Estados. Na verdade nada mais era do que estabelecer algumas prioridades para a gestão estadual no sentido da gente implantar no SUAS, dentro daquelas responsabilidades que foram estabelecidas na NOB para o Estado, a gente definia as prioridades para implantar e aprimorar o SUAS estadual. Com a NOB2012 o pacto foi estendido aos municípios. Hoje, nós temos um pacto da gestão estadual e temos um pacto da gestão municipal, onde que a gente estabelece metas para quatro anos apontando para onde a gente quer chegar na organização do SUAS, seja na gestão estadual, seja na gestão municipal. O pacto da gestão estadual foi revisto agora, recente, na discussão que foi feita junto ao FONSEAS. Nós participamos desse debate com o corpo técnico do Estado. Foram estabelecidas metas e prioridades para os Estados no aprimoramento do SUAS. São metas que valem de 2016 até 2019. Foi estabelecido na resolução da CIT e do CNAS que terá o processo de monitoramento desse pacto. Os Estados terão que apresentar, anualmente, à CIT a evolução do cumprimento das metas do pacto, e também aos Conselhos Estaduais de Assistência Social. Inclusive a gente vai ter um debate na reunião do FONSEAS, de 22 a 24, em São Paulo, onde que os técnicos e os dirigentes estaduais estarão discutindo um pouco o instrumento de monitoramento do pacto. Inclusive a Suzane que está aqui fará parte dessa reunião. Então é só para situar vocês como que é. Nós temos no pacto várias metas estabelecidas de acordo com as responsabilidades. As responsabilidades estão estabelecidas para os Estados. Então são metas de aperfeiçoamento e aprimoramento do SUAS na gestão estadual. Eu gostaria de convidar a Gabriele. Nós vamos0 apresentar meta por meta, mas de uma forma mais sucinta, para que vocês compreendam como que está o andamento do cumprimento dessas metas. Lembrando que são metas para quatro anos. São metas cumpridas durante quatro anos. No caso de Minas Gerais, vocês vão perceber que boa parte das metas já estão cumpridas, ou já estão bem adiantadas. Gabriele, Sabrina, Suzane e Roberta preparam esse documento para nós. **GABRIELE:** Bom dia gente! Eu trabalho na diretoria de vigilância da SEDESE. Pode passar, por favor, Adelmira Com relação a esse documento que foi elaborado, está previsto na resolução da CIT nº 01 de 22 de fevereiro de 2017, que os Estados, anualmente, deverão apresentar um relatório de monitoramento e avaliação da situação mesmo das metas do pacto de aprimoramento. E aí, no primeiro ano... Como a gente está em 2017, e é um ano de transição, invés desse relatório de monitoramento e avaliação, a gente tem que apresentar um diagnóstico situacional dessas metas. Esse diagnóstico já foi apresentado na CIB, foi pactuado pela resolução CIB nº 06 de 07 de julho de 2017. Ontem a gente pautou na comissão, e agora a gente vai trazer aqui resumidamente um pouco desse documento. Pode passar. Essas metas foram repactuadas, então são 23 metas organizadas em cinco prioridades, que são: universalização do SUAS; Aperfeiçoamento institucional; Segurança de renda; Integralidade da proteção socioassistencial; Gestão democrática e participativa. Eu vou tentar passar rapidamente por cada uma das metas. No slide a gente trouxe uma síntese, o principal de cada uma. A meta número um: assegurar a cobertura regionalizada de acolhimento para crianças, adolescentes ou jovens em municípios de pequeno porte I e II de modo que atenda no mínimo 50% da demanda estimada, de acordo com os parâmetros utilizados na pactuação da regionalização do Estado, garantindo o início e continuidade da implantação em 2017, e a conclusão em 2018. A gente considera que essa meta está em andamento. A regionalização da proteção de alta complexidade está prevista no Plano Estadual de Regionalização priorizando a implantação dos serviços em família acolhedora. O plano prevê a implantação de 80 vagas de acolhimento para seis territórios de desenvolvimento com maior vulnerabilidade, de acordo com o índice de vulnerabilidade socioeconômico municipal – IVM. Até o final de 2018 estão previstas a implantação em seis

territórios, que estão aí na tabela abaixo, que são: Médio e Baixo Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Alto Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Vale do Aço. Esses seis serviços abrangeriam o total de 39 municípios com 80 vagas de família acolhedora. A informação mais atualizada que a gente tem é que o primeiro, que é do Médio e Baixo Jequitinhonha, está previsto para implantação ainda nesse semestre. Então até outubro de 2017 a gente acredita que vai implantar o primeiro. Vai ser em Almenara. Os procedimentos para a implantação de mais dois também já foram iniciados pela SEDESE. Pode passar. A meta dois ela fala da regionalização da média complexidade. A meta é: assegurar a cobertura regionalizada, ou municipal, nos município porte I, dos serviços média complexidade ofertados no CREAS, segundo o cofinanciamento pactuado na regionalização no patamar mínimo de 10%. O Plano de Regionalização prevê a implantação de um CREAS regional em cada um dos territórios de desenvolvimento no Estado, sendo que temos onze territórios prioritários com a vulnerabilidade mais alta. A situação atual é que a gente já tem três CREAS regionais implantados: Águas Formosas, Almenara e Morada Nova de Minas. Nós temos quatro CREAS municipais de municípios de pequeno porte I que foram reordenados: Padre Paraíso, Paineiras, Monte Alegre de Minas e Canápolis. E aí, a gente tem previsão de até o mês de outubro a inauguração de mais dois CREAS regionais: Diamantina e Peçanha. São territórios do Alto Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce. Os procedimentos para implantação de mais dois CREAS também já foram iniciados nesse ano. Até o final de 2018 a gente teria o total de municípios abrangidos pela regionalização: 59 municípios, que daria 11,2% da meta. A gente tem que alcançar 10%. Então a gente alcançaria a meta no fim da regionalização. Lembrando também que a SEDESE, além do CREAS, ela confia uma referência da proteção social especial nos municípios abrangidos. Pode passar. A meta três: cofinanciar no patamar mínimo de 30% os municípios cofinanciados pela União, priorizando aqueles com lei municipal instituída que organiza a política de assistência social, para a oferta de cada nível de proteção com cobertura progressiva quais sejam: proteção social básica, proteção social especial de alta complexidade e de média complexidade. A gente considera que essa meta é concluída porque o Estado cofinancia 100% dos municípios pelo Piso Mineiro de Assistência Social Fixo. O Piso Mineiro é flexível, então o município tem a liberdade de optar por os serviços da básica, da média e da alta. Então a gente entende que a gente atingiu a meta. O nosso repasse não condiciona pela lei municipal, então a gente não cofinancia só os municípios que já têm lei municipal, a gente cofinancia todos. Aí é um dado que a gente trouxe também. Em 2016, 51% dos municípios mineiros têm a lei do SUAS atualizada. Então, se a gente cofinanciou 100%, a gente está com a meta concluída. A meta quatro: prevê o cofinanciamento de benefícios eventuais aos municípios, priorizando aqueles que possuem lei municipal instituída, conforme o critério do repasse e os recursos definidos na CIB. No Piso Mineiro de Assistência Social o município pode optar por benefícios eventuais. Então 100% dos municípios já são cofinanciados. A gente tem aí o dado que no último Plano de Serviço mais de 70% dos municípios pactuaram o Piso Mineiro para benefício eventual. Então é da mesma forma, a gente não condiciona a lei do SUAS para o repasse. Pode passar. A meta cinco: estruturar em consolidar a vigilância socioassistencial conforme normativas e orientações técnicas do MDS, e por meio dela produzir diagnóstico socioterritorial. A meta também está concluída porque o Estado possui uma diretoria de vigilância socioassistencial constituída. É uma diretoria integrante da SUBAS, tem equipe exclusiva. A produção de diagnóstico é uma atividade da diretoria. O mais recente que a gente tem participado é o diagnóstico socioterritorial que está sendo construído pela supervisão técnica. É um diagnóstico das macro-regiões do Estado que vai ter uma parte qualitativa, quantitativa. Essa meta também está concluída. A meta seis: assegurar aos 100% dos municípios assessoramento e apoio técnico prestado por equipe qualificada, preferencialmente que

seja profissional da área de antropologia, com visão para ação da redução de vulnerabilidade social de povos e comunidades tradicionais. Essa meta está em andamento. Os povos e comunidades tradicionais são prioridades do apoio técnico da SEDESE. A gente destacou a estratégia do enfrentamento da pobreza no campo, que é o Programa Novos Encontros, que tem um enfoque na redução da vulnerabilidade dos povos tradicionais específicos do Estado. A gente destacou também a produção de um boletim específico para a população indígena, que foi feito pela diretoria de proteção básica. É um estudo técnico sobre as características e ofertas da proteção básica para o público indígena no Estado. E também, no âmbito da supervisão técnica, uma das prioridades é o enfrentamento da pobreza no campo com enfoque aos povos e comunidades tradicionais. A gente acredita que essa meta está em andamento. A meta número sete: apoiar os municípios de modo a ter no mínimo 70% das entidades ou organizações de assistência social do Estado com os seus dados completos e atualizados no CNEAS. Com relação à inscrição das unidades no CNEAS, a SEDESE tem uma diretoria específica para apoio as entidades, que é a diretoria de credenciamento e apoio as entidades socioassistenciais. Uma de suas ações é orientar mesmo para essa inclusão no CNEAS. De acordo com a apuração no primeiro semestre desse ano, a gente já teria 51% das entidades com o cadastro atualizado no CNEAS. Então a gente não chegou nos 70% ainda. A gente destaca também o Programa Rede Cuidar, que tem um eixo de apoio técnico para apoiar a inserção dessas entidades no CNEAS. A gente acredita que o programa também vai ser um indutor desse processo. A meta oito: prestar apoio técnico específico aos municípios priorizados a partir dos critérios definidos anualmente pela a CIT com registro em sistema de informação. A gente colocou em andamento, mas o Estado observa as resoluções da CIT. Aí a gente trouxe como exemplo a resolução nº 21, que é quando o CRAS não preenche o Censo SUAS. E aí, o Estado tem que comprovar a implantação do CRA ao MDS. Tem um sistema específico para acompanhar essas deliberações da CIT. O Estado também tem as suas próprias prioridades de apoio técnico definidas no Programa Qualifica SUAS. Aí eram: gestão orçamentária e financeira; Infraestrutura das unidades de ofertas de serviços; Fortalecer o acompanhamento familiar realizado pelo PAIF na inclusão de população prioritária; Fortalecer a proteção social especial; Melhoria da gestão do Bolsa Família e da gestão do SUAS. Meta nove: instituir lei estadual que organize a política de assistência social. Também é uma meta cumprida porque o Estado já tem a lei do SUAS. A lei 12.262 de 96 foi atualizada pelas leis estaduais 19.444 e 19.578 de 2011. A meta dez: criar ou aperfeiçoar as normativas relativas ao financiamento estadual do SUAS, adotando o modelo de bloco de financiamento praticado pela União. A gente colocou que essa meta é concluída porque o cofinanciamento estadual ele é mais flexível do que o da União. O bloco de financiamento ainda é um pouco “engessado”. No Piso Mineiro, o município pode optar por qualquer serviço, benefício, pode cofinanciar despesa de custeio ou investimento, pode pagar pessoal... E as normativas do Estado foram aperfeiçoadas desde 2015, né? Aí a gente destacou o decreto 46.873 de 2015 que regulamenta a transferência Fundo a Fundo, e o decreto 46.982 de 2016 que regulamenta a aplicação dos recursos tanto para custeio, quanto para investimento. A meta número onze: instituir formalmente nos Estados as áreas estratégicas do SUAS quais sejam: proteção social básica; Proteção social especial de média e de alta; Gestão do SUAS com subdivisões de vigilância, regulação do SUAS e gestão do trabalho; Gestão do FEAS. Aí a gente trouxe um pedacinho do cronograma da SEDESE, demonstra que todas essas áreas já estão formalmente constituídas pelo decreto estadual 47.067 de 2016. Pode passar. Meta doze. São só 23 viu gente? Pactuar na CIB e deliberar no CEAS, anualmente, o Plano de Apoio Técnico aos municípios. A gente considera que essa meta está concluída porque as prioridades de apoio técnico são pactuadas na CIB e no CEAS. Em 2015 a gente instituiu o Programa Qualifica SUAS, que

tem um eixo de apoio técnico. Outras estratégias também de apoio técnico são pactuadas como o exemplo do Programa Rede Cuidar. A gente trouxe alguns dados ali da tipologia das ações de apoio técnico que a SEDESE tem. Então, entre atendimentos técnicos externos, internos, o Capacita SUAS, os eventos técnicos, as oficinas e as videoconferências, a gente teve um total de 8.212 pessoas qualificadas em 794 municípios. Pode passar. A meta treze: implantar formalmente no Estado um núcleo de educação permanente garantindo o pleno funcionamento com, no mínimo, duas reuniões anuais. A meta está em andamento porque o núcleo foi instituído pela resolução SEDESE nº 36/2015. Ele deve ser implantado até o final de 2018. A implantação do núcleo é um dos eixos do Programa Qualifica SUAS. Essa atividade é coordenada pela SEDESE pela diretoria de gestão do trabalho e educação permanente. A meta quatorze: garantir ações de educação permanente em 100%... VOZ AO FUNDO. **GABRIELE:** Voltando então, gente. Eu falei núcleo em 2018, mas é 2017. Desculpa. Está escrito ali. Obrigada Jaime. A meta quatorze: garantir ações de educação permanente em 100% dos municípios conforme responsabilidade dos Estados na política nacional de educação permanente do SUAS, de acordo com o Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS. Aqui a gente destaca o Programa Capacita SUAS no âmbito do Qualifica, que na primeira fase foi centralizado com os cursos de introdução do provimento dos serviços e benefícios, e a implementação do Plano Brasil Sem Miséria. A segunda e a terceira fase executadas de 2016 até 2018 está sendo executada de forma descentralizada pela SEDESE nas 21 diretorias regionais. E aí, nós executamos os cursos: gestão orçamentária financeira; Atualização sobre as especificidades e interface da proteção básica; Atualização e vigilância socioassistencial. Está sendo executado o curso de introdução ao exercício do controle social. Para o ano que vem, tem o curso de atualização sobre o reordenamento dos serviços de proteção social especial. A meta quinze: estruturar ações com os municípios para ampliar o acesso ao BPC em 100% daqueles que possuem povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social. É uma meta em andamento. A gente destaca o Programa Novos Encontros, que tem enfoque na vulnerabilidade de povos e comunidades tradicionais. Os atendimentos técnicos aos municípios também é abordado na importância da busca ativa para a população específica para acesso aos benefícios. Também é uma prioridade de apoio técnico dos municípios a inclusão dos beneficiários ao BPC no CADÚNICO. A meta dezesseis: estruturar as ações com os municípios para ampliar o acesso ao CADÚNICO no aprimoramento da gestão do Bolsa Família em 100% daqueles que possuem povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social. É parecida com a meta quinze, só que agora é a respeito do Bolsa Família. A gente também destaca as capacitações que estão sendo ofertadas no âmbito do Programa Bolsa Família e CADÚNICO, que também estão sendo feitas de forma regionalizada pela SEDESE. Então são: capacitação do CADÚNICO, capacitação de instrutores de formulários e o Programa Novos Encontros. Pode passar. Meta dezessete: garantir a participação de todos os municípios do Estado na capacitação de gestão do CADÚNICO e do Bolsa Família com a participação de, ao menos, um representante da gestão municipal da proteção básica das áreas de saúde e controle social, quando couber. A gente aqui também destacou as oficinas de apoio técnico que estão sendo feitas pela a equipe da diretoria de transferência de renda. Então também estão sendo feita de forma regionalizada pelas diretorias regionais da SEDESE. E aí, até o primeiro semestre de 2017, mais de 300 profissionais já participaram dessas ações. A meta dezoito: prestar apoio técnico aos municípios de modo em que as crianças e os adolescentes beneficiários do BPC estejam matriculados na escola considerando os percentuais de 60% em 2017, 70% em 2018 e 80% em 2019. Aqui a gente destacou o Programa BPC Na Escola. No Estado de Minas Gerais apenas 79 municípios não tinham realizado a adesão até o início desse ano. Então 87,5% dos municípios já

participam do programa que incentiva a permanência das pessoas com deficiência que recebem o BPC na escola. A meta dezenove: articular com a justiça e o MP Estadual para a construção de ações integradas e fluxos, e institucionalizá-los em normativas, protocolos ou instrumentos que regulem a situação com o SUAS, em consonância com as diretrizes nacionais. A gente colocou que essa meta é concluída porque o diálogo com o sistema de justiça tem sido facilitado pela SEDESE. A gente trouxe aqui uma câmara técnica que foi criada para a discussão do serviço de proteção social especial no Estado. Ela foi criada em 2015 e tem a participação do MP por meio do CAO; Criação em 2016 da diretoria de articulação com o sistema de garantia de direito e integração da rede. Essa diretoria também oferta apoio técnico aos municípios na construção de estratégia de articulação com o sistema de garantia de direito; Construção da política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Também teve participação do MP, que colaborou com a construção do protocolo de gestão compartilhada; A SEDESE também participa das reuniões devolutivas de inspeções do MP. Então é isso. A meta vinte: revisar as normativas do respectivo Conselho de Assistência Social de forma a garantir proporcionalidade entre os trabalhadores, usuários e entidades, e incluir na cota governamental representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social. A gente colocou como concluído. Trouxemos a lei que estabelece a composição do CEAS, lei nº 12.262 de 96 que estabelece a paridade. Agora é a meta vinte e um: garantir, no mínimo, oito reuniões anuais para CIB, com a participação do CEAS, e remeter a secretaria técnica da CIT as respectivas atas e resoluções. No ano de 2016 foram realizadas nove reuniões da CIB. Todas as resoluções são encaminhadas à CIT. A gente traz o calendário de reunião da CIB em 2017. Já foram realizadas cinco reuniões. Estão previstas mais quatro. Meta vinte e dois: garantir por solicitação do respectivo Conselho de Assistência Social, no mínimo, duas reuniões anuais descentralizadas para fortalecer o controle social. Aí a gente destacou que no ano de 2016 foram realizadas duas reuniões ampliadas. Em 2017 estão sendo realizadas 21 conferências regionais entre os meses de agosto e setembro. No Estado de Minas Gerais as conferências regionais precedem a estadual. Agora a meta vinte e três: ampliar o aporte financeiro para custear o funcionamento dos Conselhos Estaduais de Assistência Social. O CEAS tem uma unidade orçamentária específica no Fundo Estadual de Assistência Social. E aí, o aporte financeiro aumentou de 2016 para 2017, os valores estão ali na tabela. Mas muito é função também da realização da conferência este ano as despesas aumentaram. Com relação ao percentual do IGD e do IGD PBF que é aplicado no CEAS também teve um aumento de 2016 para 2017, com previsão de R\$ 567.200.00. Eu acho que é isso. Acabou gente. Obrigada. Desculpa a grande fala: **JAIME:** Vocês vão ver que no caso de Minas Gerais a gente está relativamente bem. Sempre lembrando que este é um pacto para o Brasil inteiro, para todos os Estados. A gente sabe que tem Estados e Estados, né? Tem Estados que ainda estão muito aquém da realização do SUAS. Mas é sempre lembrando que é uma meta para o país inteiro. **SIMONE:** Em discussão. Conselheira Juanita. **JUANITA:** Bom dia a todos (as). Eu queria refletir aqui com relação a esse diagnóstico apresentado. É com relação à meta vinte. **SIMONE:** Vamos voltar lá, por favor? **JUANITA:** Questão da paridade e da representatividade das categorias representando a sociedade civil. Esse problema é um problema antigo na lei estadual com relação à representação da sociedade civil na categoria de Conselho Municipal de Assistência. A gente até já discutiu isso na reunião da sociedade civil, onde representando a sociedade civil a gente tem a representatividade dos Conselhos Municipais de Assistência que são encaminhados do município. Eu acho importante a gente fazer essa reflexão até para uma futura atualização da lei com relação a essa questão da representatividade da sociedade civil. Ela não se categoriza nas representatividades da sociedade civil; entidade, usuário e trabalhador da área. **SIMONE:**

Cris. **CRISTIANE:** Onde isso fica disponibilizado? Isso é público? Essa informação fica no site da SEDESE? Só para saber mesmo como é a divulgação. **SIMONE:** Mais alguém? Conselheira Marta. **MARTA SILVA:** Jaime, você responde as questões? VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Não. Só da disponibilização no site. **JAIME:** Essa informação é pública. Vocês acabaram de receber o documento. Nós podemos colocar sim no site e no blog da secretaria. Tranquilo. **SIMONE:** Com relação à representatividade... Tem a comissão de acompanhamento de Conselho... No que tange a meta... A meta é equiparar a representação de trabalhadores, usuários e entidades. No que tange a meta, aqui no Conselho, não tem problema com relação à meta do pacto. Eu acho que a questão colocada aqui é se cabe a representação dos Conselhos Municipais no Conselho Estadual. É um debate! Nós temos que fazer esse debate, ainda mais agora que o Conselho tem uma política clara e concreta de apoio as URCMAS. Eu acho que esse debate virá inevitavelmente. Inevitavelmente esse debate virá. Eu não acho que ele afeta a meta porque a meta é equalizar. O grande problema é que é muito baixa a representação de trabalhadores e de usuários nos Conselhos Estaduais. Já são nos Conselhos Municipais, nos Estaduais é um pouco mais grave a situação. Mas neste aspecto, o Conselho Estadual não tem problema, tem garantido o mesmo número de representação para entidades, trabalhadores e usuários. Eu acho que merece de fato um debate. Inclusive na hora da eleição sempre fica aquele negócio... No Estado de Minas Gerais a gente tem que discutir bastante como é que você traz a aderência das diversidades locais e territoriais para o Conselho Estadual. Mais alguém, gente? Então eu vou voltar para você, Marta. **MARTA SILVA:** Na comissão a gente discutiu, além da resolução, estar disponível o diagnóstico junto com a resolução, porque ela refere assunto correlato. No site do CEAS. A gente pode ir para a leitura da minuta de resolução? Minuta de resolução de 2017 do Conselho Estadual que dispõe sobre a aprovação do diagnóstico situacional referente as metas para o Estado do pacto de aprimoramento da gestão estadual do SUAS para o quadriênio de 2016 a 2019 definido pela resolução CIT nº 01/2017. A presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual 12.262 de 23 de julho de 1996, pelo regimento interno deste Conselho, pela NOBSUAS/2012 e, considerando a lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a LOAS; Considerando a lei estadual 12.262 de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a política estadual de assistência social e que cria o CEAS e outras providências; Considerando a política nacional de assistência social aprovada pela resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004 do CNAS, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implantação do SUAS; Considerando a Norma Operacional Básica – NOBSUAS aprovada pela resolução do CNAS nº 33 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do SUAS, organiza o modelo da proteção social normatizando e operacionalizando os princípios e os sistemas de descentralização da gestão e execução do serviço, programa, projeto e benefício; Considerando a resolução da CIT nº 01 de 22 de fevereiro de 2017, que define as prioridades e metas para os Estados e Distrito Federal no âmbito do pacto de aprimoramento do SUAS para o quadriênio de 2016 a 2019; Considerando a resolução da CIB nº 06 de 19 de julho de 2017, que pactua o diagnóstico situacional referente as metas para o Estado no âmbito do pacto de aprimoramento do SUAS para o quadriênio de 2016 a 2019. Resolve: Art. 1º Aprovar o diagnóstico situacional referente as metas para o Estado no âmbito do pacto de aprimoramento do SUAS para o quadriênio de 2016 a 2019 elaborado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE. Parágrafo único: O referido diagnóstico descreve os resultados alcançados em cada uma das metas do pacto de aprimoramento do SUAS e apresenta as atividades em andamento e aquelas previstas para a realização das metas. Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 18 de agosto. Simone, presidente do Conselho

Estadual de Assistência Social. **SIMONE:** Em discussão. **DAYANA:** Eu fiquei “meio atrasada”. Mas eu posso voltar um minutinho? Uns dois minutinhos atrás. Na meta três está dizendo que o Estado de Minas Gerais realiza o cofinanciamento do Piso Mineiro para 100% dos municípios mineiros. 100%? VOZ AO FUNDO. **DAYANA:** Ah, tá! Então aí não tem essa informação. **MARTA SILVA:** Lembrando que a gente já resolveu o problema do Fundo de Venceslau Brás. Era o único que a gente não tinha. Foi um esforço do Conselho. **JAIME:** É importante dizer que são os 853 municípios. O caso de Venceslau Brás era o único que não tinha o fundo específico para a assistência social. A CIB e a SEDESE fizeram uma visita... Nós fizemos várias visitas, né? Recentemente fizemos uma nova visita. Conseguimos, graças a Deus! Minas não tem um município se quer que não tenha o Fundo Municipal de Assistência Social. Todos eles têm o CNPJ do fundo. Inclusive é importante ressaltar que a gente agora faz de fato Fundo a Fundo, antes a gente repassava para o CNPJ da prefeitura. O recurso caía no banco da prefeitura. Hoje, a partir de 2016, nós fizemos o cadastramento do CNPJ dos fundos, inclusive o de Venceslau Brás. Então todos hoje recebem! Nós fazemos Fundo a Fundo com todos os municípios. É lógico que os recursos ainda precisam aumentar. Nós sabemos que o Piso Mineiro ainda precisa ter alguns reajustes, mas isso depende da conjuntura econômica e orçamentária. **SIMONE:** Gente! Vocês estão esclarecidos para a gente votar? Os conselheiros titulares favoráveis a resolução que dispõe sobre a aprovação do diagnóstico situacional referente as metas para o Estado no âmbito do pacto de aprimoramento da gestão estadual do SUAS para o quadriênio de 2016 a 2019, por favor, levantem os crachás. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Então está aprovada. Muito obrigada conselheira Marta. Muito obrigada Jaime. Muito obrigada Gabriele, Suzane... **MARTA SILVA:** Só mais um encaminhamento que a comissão recomendou para este Conselho: que diagnóstico subsidie a comissão de monitoramento da conferência, porque ele também tem informações importantes para prestação de contas da conferência. Obrigada. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** O ato de conferir. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Agora eu vou passar para a comissão de orçamento para proferir o seu relato. Conselheira Isabela, por favor. **ISABELA:** Bom dia gente! Teve a reunião da comissão de orçamento ontem. A gente teve a participação da Geisiane, minha, da Juanita, que agora passa a integrar a comissão de orçamento, o Wilson e da Cláudia Falabela, que é diretora de gestão do Fundo Estadual de Assistência Social. A Cris justificou a ausência. O nosso ponto de pauta foi a prestação de contas do primeiro trimestre de 2017. A gente já tinha encaminhado anteriormente, mas devido à priorização das pautas da conferência a comissão não tinha tempo para analisar. Então foi feita a análise nessa reunião de ontem. Eu vou apresentar aqui o resumo... Pode pôr na súmula, por favor, Fernanda. A súmula da nossa reunião ontem. A primeira ação orçamentária, como vocês já sabem, é a primeira prestação desse ano. Mas o orçamento, com exceção da inclusão da ação das medidas socioeducativas, que vocês já sabem, ele é igual do ano passado. Todos conselheiros aqui já conhecem. Então eu vou passando mais rápido, mas, qualquer dúvida, na discussão depois a gente esclarece. Em relação ao primeiro programa, que é o Qualifica SUAS, a gente tem a ação de capacitação continuada. Nessa ação de capacitação continuada a gente teve uma execução da meta física. A meta total é de oito mil participantes qualificados. A gente teve uma execução de 43%, ou seja, foram 3.437 participantes qualificados em vários tipos de ação, mas principalmente nas ações de eventos técnicos que aconteceram de forma regionalizada nas 21 regionais. Foram os eventos feitos para os novos gestores. E também das videoconferências que foram realizadas nesse primeiro trimestre. Aqui a gente está falando só do mês de janeiro a março, tá gente? Vocês vão ver que a execução ela é do início do ano mesmo, então ela é um pouco menor. Vocês sabem que o orçamento do Estado, durante o mês de janeiro, ele fica praticamente fechado, né? Ele abre só no final do mês de janeiro. Então, o “grosso” da

execução é janeiro e fevereiro. Então dá essa diferença mesmo. No caso da meta física a gente já teve uma execução bastante interessante, principalmente por causa disso que eu falei da ação para os novos gestores. Em termos de execução orçamentária a gente teve uma execução de R\$ 75.944.04, que corresponde a 1% do orçamento previsto. Esse orçamento previsto aqui na ação de capacitação continuada totaliza R\$ 6.789.000.00. A gente tinha apresentado aqui no início do ano uma suplementação que foi feita de recursos na fonte do governo federal para a gente poder executar o saldo do exercício anterior. Esse orçamento totalizou esse valor. Esse recurso é todo voltado para o custeio do Capacita SUAS, então por isso que a execução aqui também foi menor porque o Capacita iniciou só no mês de abril, né? Então o “grosso” da execução vai vim ainda, provavelmente no terceiro e no quarto trimestre. Esse pagamento aqui foi referente as notas fiscais que chegaram do curso realizado em 2016. Então tem o pagamento da Fundação João Pinheiro e o pagamento de instituição de ensino superior. A execução orçamentária foi de R\$ 71.080.08, que corresponde a 1%. O pago é no mesmo valor. Pode passar, por favor. A próxima ação orçamentária é a de vigilância e de apoio técnico. Essa ação orçamentária também é complementar a outra dentro do Programa Qualifica SUAS. Pode passar, por favor. Aqui a nossa meta são 853 municípios apoiados, municípios qualificados. Aqui a gente tem a noção da cobertura disso no Estado. No primeiro trimestre a gente já conseguiu alcançar 609 municípios. A maioria também foi dessas ações dos encontros com os novos gestores e da videoconferência, correspondendo a 71,4% da meta. Na nossa execução orçamentária a gente teve um valor de R\$ 183.841.75, que corresponde a 8% do orçamento previsto para o ano. Esse gasto aqui foi principalmente de diárias para realizar essas ações de apoio técnico, e também custeios de manutenção da SUBAS, pagamento de estagiários, contrato de degravação... Algumas coisas nesse sentido. De liquidação mesmo a gente teve R\$ 148.551.02, que corresponde a 6,5%. E de pago efetivamente foi R\$ 143.256.92, que corresponde a 6,3% de execução. A perspectiva dessa ação é que no próximo trimestre ela já potencialize bastante a execução, principalmente aí por causa das ações de apoio técnico que tiveram continuidade segundo trimestre. Pode passar. Aí a gente tem o Programa de Oferta de Proteção Social. Nesse programa tem as ações de cofinanciamento e as ações de execução direta da SEDESE. A primeira ação orçamentária é a de cofinanciamento do Piso Mineiro de Assistência Social Fixo. A nossa meta são os 853 municípios cofinanciados. Até o mês de março, a gente o cofinanciamento para 674 municípios por quê? Por causa da questão da pendência da irregularidade no CAGEC. A gente trouxe aqui para discutir, na época, com vocês. Como houve mudanças nas gestões municipais eles tiveram que regularizar o fundo. E aí, se o fundo está regular, não era possível gerar o Plano de Serviço para ter possibilidade de fazer o pagamento. Por isso que foi esse valor de 674. Lembrando que nesse período foi liberada a parcela de janeiro de 2017 e a parcela de julho de 2016. Julho de 2016 não entra aqui porque é despesa de exercício anterior, né? Foi resto a pagar do ano passado, então não entra na execução orçamentária desse ano. Mas entrou aqui já a parcela que foi paga para esses municípios. Em relação ao orçamento a gente teve a aprovação de cota. Então foi empenhada a parcela de janeiro e fevereiro para esses 674 municípios, que correspondem a 3%. Foi também feita a liquidação da parcela desses municípios. Ali da uma diferença de R\$ 7.204.678.17 em relação ao empenhado, porque o empenho de três municípios caiu para o mês seguinte. E o pago efetivamente foi R\$ 3.600.151.20, que corresponde a 7%, que foi a parcela de janeiro para esses municípios que estavam regulares no CAGEC durante esse período. Então fechamos aí a do Piso Mineiro. Do Piso Mineiro de Assistência Social Variável, a gente tem uma meta de cofinanciamento de 200 municípios. Só lembrando que essa ação inclui o cofinanciamento dos municípios para a série histórica, e também para os termos de aceite firmados com o governo federal para cofinanciamento de residências inclusivas.

Durante o período a gente teve o início do cofinanciamento para os 11 municípios que são da área de abrangência do PAEFI regional. São aqueles municípios que o governador até anunciou, em março, junto com a inauguração do CREAS regional que haveria o cofinanciamento da proteção técnica social especial para os municípios do PAEFI abrangidos pelo PAEFI de Almenara de Águas Formosas. Essa meta aqui corresponde a isso, né? Vocês vão lembrar que quando a gente discutiu a LOA, no ano passado, a gente previu dentro dessa ação do Piso Variável o início desse cofinanciamento para as referências técnicas. Então, de fato ele foi feito aqui dentro dessa ação orçamentária. Então esses 11 correspondem a esses municípios. A execução orçamentária foi maior. Foi R\$ 1.080.334.06, que corresponde a 8,19%, que foi o empenho das parcelas do Piso Variável para os municípios que recebem esse cofinanciamento. A execução orçamentária liquidada foi menor. Foi R\$ 66mil, que corresponde justamente ao pagamento desses 11 municípios. Esses municípios já recebem R\$ 2mil, por mês, para a referência técnica da proteção especial. Em março eles receberam três parcelas. Então são três parcelas de R\$ 2mil, vezes os 11 municípios, por isso os R\$ 66 mil, que é 0,5% do orçamento previsto para o ano. É o mesmo valor pago. A próxima ação é a oferta direta de serviços socioassistenciais de média e alta complexidade não regionais. Aqui é onde a gente faz o pagamento das Casas Lares e residências inclusivas de ofertas que tem parceria com o Estado. Durante o período a gente teve o pagamento para sete unidades, por quê? O pagamento, na verdade, ele é quadrimestral. Então o previsto no cronograma do convênio da parceria com as entidades é abril. Em janeiro e março não estava prevista essa execução. A gente teve porque foram as sete entidades que ficaram com pendência na prestação de contas de dezembro do ano passado que elas não tinham feito. Então elas não receberam a parcela de dezembro naquela época. Quando elas regularizaram, elas receberam durante esse primeiro trimestre. Esse valor foi de R\$ 450.762.92. Uma execução liquidada de R\$ 412.762.92, que foi o mesmo valor pago. Para os serviços regionais, que é a próxima ação, a gente tem uma meta de 11 serviços implantados até o final do ano. A gente teve aqui a apuração de sete serviços implantados, que correspondem ao CREAS regional de Almenara, CREAS regional de Águas Formosas, CREAS regional de Morada Nova de Minas que está em reordenamento, e os quatro CREAS municipais que foram implantados no final do ano passado. Então isso corresponde a 64% da meta. A execução orçamentária foi R\$ 578.639.52, que é 6%. Liquidado foi R\$ 309.525.17, que é 3%. E pago efetivamente foi R\$ 251.178.65. Foi feito o cofinanciamento para esses quatro CREAS municipais, e para Morada Nova de Minas que está em reordenamento. Foi feito também o pagamento das equipes do CREAS regionais e a manutenção dos CREAS. Aí então fechamos a regionalização assim. A próxima ação é a estruturação da rede socioassistencial privada e pública. Essa ação é onde vai ser executado o Programa Rede Cuidar. Até o mês de março o programa ainda não tinha sido lançado, a gente estava ainda nos preparativos. Foi feito o acordo com a loteria para a liberação dos R\$ 10 milhões e tudo mais... Mas não teve execução. A execução orçamentária está prevista para o mês de setembro, que é quando a gente vai firmar as parcerias com as entidades e os Planos de Serviços com os municípios para poder repassar o recurso. Então, por enquanto, está zerada. A ação de transferência de renda é aquela que está prevista para o pagamento do Projeto Banco Travessia. A gente não teve a liberação financeira para realizar o pagamento, então a execução também ficou zerada nesse período. Pode passar, por favor. E o último programa é o apoio ao controle social e gestão compartilhada do SUAS. A primeira ação é a operacionalização da gestão compartilhada participativa do SUAS. Aqui está prevista a manutenção da CIB e das comissões regionais de gestão compartilhada. No primeiro trimestre a gente teve a aprovação na CIB da resolução que cria as comissões, que diz como que elas vão funcionar e tudo mais... Mas elas ainda não tinham começado né? Como os CREAS foram

implantados em março, elas começaram em maio a se reunir. Então, no próximo trimestre, a gente já vai ter a execução aqui nessa ação orçamentária. E por fim, é a ação de manutenção do Conselho Estadual: manutenção das diárias, das plenárias... E também vai ser da conferência. Vai vim a partir do terceiro trimestre. No primeiro trimestre a gente teve a manutenção do Conselho, que é a nossa meta física. A execução orçamentária foi de R\$ 50.990.62. A execução orçamentária foi de R\$ 36.076.32. E pago R\$ 35.768.32, corresponde a 16% do orçamento previsto para o ano. É isso. Ah, não! Desculpa! Tem mais uma! A outra é a estruturação da política de atendimento as medidas socioeducativas de meio aberto. Foi a ação que a gente trouxe para o orçamento do FEAS, antes era no orçamento da segurança pública. Durante o primeiro trimestre a gente não teve execução, foi um momento de estruturação da diretoria. A diretoria foi criada no final de 2016, então a diretora tomou posse no início do ano, estava fazendo o planejamento das ações e tudo mais... E a nossa proposta vai ser de tornar o cofinanciamento, que antes era feito por meio de convênio, passar a ser Fundo a Fundo. Para isso, a gente vai apresentar tanto na CIB, quanto no CEAS, o critério de elegibilidade de partilha, no próximo mês. Então a gente vai ter a execução na verdade a partir desse terceiro trimestre tá? Então ali, por enquanto, a execução é zerada. Aí a gente totaliza uma execução total final... Não está ali não, mas eu só vou falar para vocês. Do FEAS, nesse primeiro trimestre, de orçamento, a gente teve uma liquidação de R\$ 8.238.637.68... **PARTE 3 ISABELA:** (...) Eu já fui sinalizando aqui para vocês que no próximo, com certeza, a gente vai trazer uma execução bem mais “arrojada” das ações, digamos assim, principalmente do Qualifica SUAS e o pagamento do Piso Fixo também. A gente teve uma execução maior no segundo trimestre. Como a gente tem informado nos informes mensalmente para o Conselho, né? A gente tem trazido para os conselheiros não serem surpreendidos no momento da prestação de contas. Então, está em discussão. **WILLIAM:** Só uma pergunta “bem ignorante” mesmo: qual a diferença entre o executado liquidado e o pago? Qual a diferença? **ISABELA:** A diferença entre o liquidado e pago... Aí eu só vou pegar a execução orçamentária toda. A gente tem um orçamento, que é teto que a gente pode gastar. A primeira etapa da execução orçamentária é o empenho, que é quando a gente firma um contrato. No caso do cofinanciamento, a gente faz uma reserva daquele orçamento. Então seu tenho R\$ 100.00, eu reservo R\$ 70.00 que eu vou gastar naquele mês. E aí, quando acontece de fato a prestação do serviço... No caso, por exemplo, do Qualifica SUAS, a gente reservou o orçamento, aí a gente fez o empenho prévio, porque ele tem que ser antes da ação acontecer. Quando a pessoa que o Estado contratou presta o serviço, a gente faz a liquidação. A gente atesta realmente que o Estado deve aquele recurso para aquele fornecedor. E o pagamento, quando chega a nota fiscal, a gente atesta que aquele serviço foi prestado de acordo com os requisitos que a gente contratou. E aí, é efetivado o pagamento. Então no caso dos contratos é sempre assim. No caso do cofinanciamento, como ele é Fundo a Fundo e a previsão é mensal, todo mês a gente pede a cota orçamentária referente a parcela daquele mês, faz o empenho e é liquidação porque os serviços são continuados. Então não tem que aguardar a prestação do serviço, né? O pagamento não está vindo junto, no caso do cofinanciamento, por causa da diferença que a gente está na liberação do financeiro pela Fazenda. Mas no Fundo a Fundo é dessa forma que acontece. Aí então é por isso que dá essa diferença. Mas a gente reservou. A execução do serviço mesmo não aconteceu ainda naquele período. **SIMONE:** Mais alguém? Então eu vou passar para a Isabela para a gente discutir a resolução. **ISABELA:** Então vamos lá para a resolução! Ela está projetada ali. Deixa na ementa, por favor. Sobe um pouquinho! Minuta de resolução. Aprova o relatório trimestral de atividades de execução orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/MG referente ao primeiro trimestre de 2017. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual

12.262 de 23 de julho de 1996, pela LOAS e pela NOBSUAS/2012 e, considerando a deliberação de sua 225ª plenária ordinária ocorrida no dia 18 de agosto de 2017. Resolve: Art. 1º Aprovar o relatório de atividades de execução orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – FEAS/MG referente ao primeiro trimestre de 2017 apresentado pela Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SUBAS/SEDESE, conforme planilha anexa. Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 18 de agosto. Simone Aparecida Albuquerque, presidente do CEAS. Aí vou pedir a Fernanda para mostrar ali a planilha. A planilha é o resumo que está lá no relatório que vocês receberam por e-mail. É o resumo consolidado de tudo o que eu apresentei aqui tá? **SIMONE:** Por favor, conselheiros titulares, ou aqueles que estão na titularidade, que aprovam o relatório trimestral de atividades de execução orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – FEAS/MG referente ao primeiro trimestre de 2017, por favor, levantem os seus crachás. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Muito obrigada a todos. Agora nós vamos parar para almoçar. Voltamos às 13h, está bom? Muito obrigada. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** A estadual... Claro! Também vamos fazer aqui uma avaliação das etapas regionais da conferência estadual. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Etapa da conferência estadual e as conferências regionais. Então eu vou começar esse ponto trazendo uma reflexão para os (as) senhores (as). A gente fez ontem na presidência ampliada do Conselho... Eu vou esperar um pouquinho porque a secretaria executiva está abrindo... A gente já tem o balanço das conferências municipais. Por enquanto é um balanço numérico, porque a equipe que está por conta da relatoria da conferência está trabalhando com as deliberações que vieram das conferências municipais. Nós temos aqui dados que são dados quantitativos, mas muito interessantes. Todos os senhores sabem que Minas tem 853 municípios. Nós realizamos no Estado 841 conferências municipais. É um dado bem bacana! Não realizaram conferência os municípios: Santa Juliana, Sapucaí de Mirim e Itajubá. Só três municípios não realizaram conferência. A gente está sem informação, por enquanto, dos municípios: Alagoa, Camacho, Conceição do Pará, Durandé, Iapu, Itatiaiuçu, Natércia, São João Batista do Glória e Senador Cortês. Nós estamos sem informação desses municípios. Assim que tivermos, nós vamos agregar aqui as informações. Já foram lançados no sistema, dos 841, 796. Ainda não lançaram no sistema... Eu vou ler o nome até para os conselheiros nos ajudarem: Abaeté, Albertina, Baependi, Baldim, Bandeira, Barão de Monte Alto, Biquinhas, Bugre, Cambuquira, Canápolis, Capitão Andrade, Catas Altas, Catuji, Conceição da Aparecida, Conselheiro Pena, Córrego do Bom Jesus, Cristais, Crucilândia, Datas, Dionísio, Felício dos Santos, Francisco Sá, Frutal, Gonçalves, Illicínea, Jacinto, Jequitaiá, Nova União, Malacacheta, Paraguaçu, Passa bem, Pavão, Piranguinho, Porto Firme, Raul Soares, Santo Antônio do Amparo, São João da Mata, São João do Oriente, São José do Jacuri, São Sebastião do Rio Preto, Sem Peixe, Serranos, Tabuleiro, Virgínia e o famoso Venceslau Brás. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não... Já está dando, né? Entre os que não lançaram no sistema, dez enviaram documento físico: ou por e-mail, ou por correio. Neles estão: Baependi, Cristais, Illicínea, Jacinto, Passagem, Pavão, Raul Soares, São Sebastião do Rio Preto e Virgínia. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Passa bem. Eu falei o quê? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Vixe! Das conferências municipais são esses os dados que nós temos até agora. Como eu disse, tem um grupo da comissão organizadora que está cuidando da leitura e das propostas que vieram das conferências municipais. Nós também fizemos uma discussão... Só para a gente aquecer aqui “as turbinas da avaliação” ... Eu vou falar um pouco da avaliação que foi feita na mesa diretora do Conselho. Nós avaliamos que as conferências regionais... Nós consideramos como um modelo muito assertivo, porque as conferências regionais estão propiciando um movimento crescente de discussão envolvendo tudo o que for necessário

para maior participação. Nós avaliamos que ter começado a conferência, na mesa de abertura, deixando claro os objetivos das conferências, depois trazer a discussão do legado e das nossas conquistas, e dentre as nossas conquistas também... Está tendo um momento dentro da conferência regional, na mesa do legado, que é a devolutiva tanto da SEDESE, quanto do Conselho Estadual. Nas conferências regionais isso está sendo feito pelos os dois: Conselho e SEDESE. O Conselho está colocando inclusive o que foi deliberado, ou não, no monitoramento das deliberações das conferências. O fato de a gente discutir já na primeira plenária a importância do fortalecimento da sociedade civil no debate da URCMAS, esse debate todo quando chega na organização... Então tem muita aderência, na nossa opinião, dos delegados da conferência. Outra avaliação é a importância dos professores do Capacita SUAS na conferência regional. Portanto, a nossa avaliação é que tem sido muito importante. Foi muito assertiva também a integração entre o Capacita SUAS e as conferências regionais. Outra avaliação muito positiva é a participação qualificada do Conselho Estadual de Assistência Social. O Conselho de fato tomou o protagonismo dessa conferência. Eu acho que também foi muito importante, porque cabe ao Conselho conduzir esse debate do fortalecimento da sociedade civil. Todos os atores envolvidos também estão sentindo muito participantes do processo. O Fórum dos Trabalhadores tem tido uma importância grande! Foi muito acertado também. A gente pediu para o Isac, que compõe a nossa presidência ampliada e a comissão organizadora, para que ele também pudesse na reunião da sociedade civil discutir a importância da participação também dos usuários nas conferências regionais. Tem sido um momento muito importante o relato dos usuários, né? Como é difícil para eles também serem usuários de um sistema onde os próprios trabalhadores consideram que as ofertas da assistência social são ofertas para as pessoas que não são se quer cidadãos. Então tem sido muito importante a discussão. A gente avaliou na mesa diretora que os usuários devem também garantir, se não a presença em todas, pelo menos na maior parte delas. Outra avaliação que fizemos também na mesa diretora é a importância da diretoria regional, a importância da participação dela e como que a diretoria regional também vem se comprometendo com a conferência e com a pauta do fortalecimento da sociedade civil em âmbito regional. Uma questão que nós observamos é que os problemas com a acessibilidade continuam. Apesar de ter uma resolução do Conselho, apesar de estar no contrato do Capacita SUAS, apesar de todo o nosso esforço, quando chega lá na verdade é um arranjo de acessibilidade: a rampa vira morro... Enfim, são as mais improvisações de acessibilidade. Essa é a palavra, né? Esse é um problema que continua. A gente precisa acertar melhor daqui para frente. Nós também observamos que o horário previsto na programação ficou fora da realidade. Nós não conseguimos fazer nenhuma abertura às 08h da manhã, os municípios estão chegando... Enfim! Nós também colocamos essa observação para a gente inclusive discutir. Outra coisa importante foi que o regimento interno está bastante conciso. As observações que estão aparecendo no momento da discussão do regimento interno é porque quem está conduzindo a plenária está esquecendo de fazer menção ao regulamento já aprovado pelo Conselho. Então o que está sendo sugerido de inclusão é: quantos delegados podem ser retirados da conferência; Quantas pessoas se inscreveram na conferência, exatamente para poder ter informação para fazer as moções que precisam de 10% dos inscritos. Então as pessoas têm que ter essa informação; A terceira coisa qual que é gente? Teve a terceira coisa também. A minha cabeça agora... Esqueci! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** De registrar. Mas tem outra coisa. São os delegados, as moções... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Ah! E o objetivo da conferência. Então eu quero chamar a atenção que os conselheiros que foram tem que deixar claro o objetivo da conferência na mesa de abertura, e também no momento do regimento interno, ir lá no regulamento e pegar essas três questões. Como a gente não estava falando, as pessoas estavam sentindo falta, com toda a razão. Outra questão que a

gente avaliou foi a boa qualidade do material. Eu não sei se todos tiveram a oportunidade de ver, mas a gente já pode contar com os dois cadernos, tanto o caderno do controle social, quanto o caderno de textos para as conferências regionais. Ficou muito bacana! O material é importante porque além de trazer os textos que estão embasando as nossas conferências, o caderno de texto também traz as resoluções do Conselho Estadual, bem como todo o material para a discussão de formação do Fórum de Usuários e o Fórum dos Trabalhadores e a URCMAS. Sem dúvida nenhuma vai ser um material que todo mundo vai utilizar bastante! De modo geral, esses foram os aspectos levantados por nós. Ontem nós fizemos também junto com a nossa secretária Rosilene uma avaliação. Eu levei essa avaliação que a mesa diretora fez. Eu levei outra avaliação com a SEDESE. Discutimos bastante o rumo e a direção, que também é um consenso da Secretaria de Estado, da direção acertada do CEAS com relação à conferência. Então para a gente iniciar a discussão essas foram as nossas ponderações. Agora então eu abro para que a gente complemente essa avaliação do Conselho Estadual com relação às conferências regionais.

**INTERLOCUTORA:** Eu queria dar uma sugestão se é possível a gente fazer a distribuição hoje aos conselheiros do Estado desses dois cadernos, para que a gente não receba esse material só no dia da conferência regional. Já é possível a gente tê-los em mãos para fazermos uma leitura mais antecipada deles? Para a gente chegar nas conferências e já ter estudado melhor o conteúdo. **SIMONE:** Está em discussão a avaliação das conferências regionais. **ÉRICA:** Eu fui em uma. O que a gente sente é que as pessoas estão extremamente mobilizadas. Pelo menos na regional que eu fui eu não esperava tanta mobilização. Eu acho que tudo isso vem de um processo do Qualifica SUAS aonde a gente vai conseguindo montar uma rede, de pessoas interessadas... Pelo menos os fóruns, tanto de trabalhadores, quanto de usuários, eles... Todo mundo quer participar! As pessoas nem sabem como que isso vai se dar ainda, como que vai ser, como que vai ser a reunião... Mas todo mundo quer fazer parte! Todo mundo quer dar o seu nome! Todo mundo quer ir! É outro modelo de conferência também. Eu o Rodrigo até estávamos conversando isso, muitas das vezes o que afasta é o método, né? E aí, quando você propõe outro método, que é um método de fazer junto, que é venham se apresentar e venham falar de suas expectativas, o que vocês estão esperando dessa conferência? O que vocês querem? Como que vocês querem sair daqui? É outro modelo de escuta dessas pessoas. É muito diferente mesmo! Eu acho realmente que foi uma decisão muito acertada. A gente está vendo como que isso vai se dar. Na conferência estadual isso vai ressoar muito bem, né? E a gente vai ter muito trabalho! Na minha região mesmo já vamos ficar como referência. A gente vai ter muito trabalho mesmo! Eu acho que isso vai ressoar por muitos anos! É muito trabalho, né? Mas o pessoal está muito mobilizado. Eu acho que a gente pode contar com essas lideranças na região. A gente sai muito alimentado mesmo. O pessoal está querendo se organizar. **SIMONE:** Rodrigo. **RODRIGO SILVEIRA:** Eu tive o prazer de estar em Salinas. Eu descobri que Salinas não é só cachaça boa não! Tem um povo muito hospitaleiro, um povo que acolhe muito bem a gente. Pelo o que eu estou vendo através das redes sociais, e eu acho que fica como registro, que Paracatu está dando um show de mobilização, de mudança de paradigma mesmo, de mudança na forma do método de fazer conferência porque ele é mais dialógico com o usuário, né? E aí, eu percebi isso em Salinas. Tinham poucos usuários. A gente tem uma dificuldade grande em trazer esses usuários para dialogar. Houve vários relatos de trabalhadores que chegavam lá dizendo: “o prefeito e secretária falaram para eu vim. Eu fiquei sabendo ontem que eu tinha que vim para cá.” Ainda está muito desarticulado. O interior ainda sofre muito com essas questões. Foram colocadas várias questões de ordem lá com relação ao processo de trabalho, assédio, essa fragilidade de vínculos... Isso tudo atrapalha inclusive no próprio modo operante da política mesmo fragilizando o SUAS. Eu fui apresentando o Fórum dos Trabalhadores do SUAS,

lógico que não consegui... Eu estava indo como Fórum de Trabalhadores Estadual, mas o meu coração é do CEAS. Eu verbalizei que sou conselheiro e que estava lá levando de coração essa mensagem. E aí, eu percebi que existem... Igual lá em Salinas tem a URCMAS, que já é um bom passo. Eu fui com a missão de tentar buscar instituir os Fóruns Regionais dos Trabalhadores do SUAS e os Fóruns de Usuários. Eu fui basicamente com essa missão. O Rodrigo, da ASSPROM, estava lá também. As entidades reclamaram um pouco com relação à fala dessa questão dos Fóruns dos Usuários e dos Fóruns dos Trabalhadores. E aí, ele fez um relato brilhante! Foi muito bacana. A gente conseguiu tirar uma comissão provisória com o apoio da SEDESE. A diretoria da SEDESE ficou encarregada naquele espaço de conduzir esse processo de articulação inicial, de empoderar esse Fórum dos Trabalhadores, para a gente continuar caminhando em fortalecer o SUAS localmente. Houve também a demanda do NAS. Vários municípios... No momento de recepção desses trabalhadores o Rodrigo e eu estávamos conversando com os trabalhadores, eles verbalizaram a necessidade do NAS. Eu também já estou levando para o CREAS essa demanda de ver a questão do NAS. NAS é o Núcleo de Assistência Social. E aí, na minha fala eu pude explicar qual que é o papel do Fórum dos Trabalhadores, dos Usuários, qual é o papel do Fórum dos Trabalhadores do SUAS: nível médio, fundamental e técnico. Eu expliquei a importância das URCMAS. Eu falei que a URCMAS é outro espaço, para quem que se destina... E o NAS, que é outro espaço de discussão. Em conjunto eles fazem o SUAS funcionar de forma mais proativa e o protetiva, vamos colocar assim. Então foi muito bacana! A gente conseguiu tirar essa comissão aí. **DÉBORA:** Eu estive na conferência de Uberlândia. Eu queria comentar o acerto que nós tivemos na sincronicidade entre conferência e capacitação. E comentar também a coragem de debater politicamente esse tema e a ideia de organizar, lutar e resistir no contexto adverso que a gente está vivendo. Eu acho que foi muito interessante a gente fazer isso em um contexto de capacitação. Em Uberlândia aconteceu muito... Lá tinham muitos usuários. Na hora, por exemplo, da discussão da agenda, alguns usuários falaram claramente que eles não se sentiam a vontade ou esclarecidos para votarem, por exemplo, na lei da tercerização. Eles não entendiam! Eles não sabiam! Eles tinham escutado que era bom, e a gente estava falando que era ruim. Foi uma discussão importante porque os professores do Capacita SUAS é quem fizeram a discussão com eles em uma perspectiva pedagógica de trazer a informação do que é isso, do que é essa lei e o que ela faz. Então eu acho que foi muito interessante isso. A gente sempre fala que conferência também é lugar de formação. Dessa vez a gente conseguiu fazer a conferência com um lugar de formação organizada, com professores vinculados, as universidades... Enfim! Então eu queria trazer esse registro. Dizer da alegria, do orgulho mesmo de estar participando de um Conselho que tem essa coragem de ir à 21 regionais dizer o que pensa e trazer a ideia de organização junto com a sociedade civil. Então eu queria deixar isso registrado. **SIMONE:** Isac. **ISAC:** Boa tarde a todos! Só fazer uma consideração sobre a participação dos usuários deste Conselho nas conferências regionais. Ontem a gente conversou entre os usuários, inclusive com a Maria pelas redes sociais. A gente se propôs a olhar as nossas agendas para tentar estar participando. Eu fiquei ontem até a noite. Eu já mandei no e-mail do CEAS me colocando à disposição para as demais conferências a partir do dia 28 de setembro. Eu creio que os outros usuários deste Conselho também... **VOZ AO FUNDO.** **ISAC:** De agosto. Isso! Eu creio que os demais conselheiros também vão estar fazendo isso em breve, está bom? Registrar também que eu já me considero em débito com este Conselho porque, no último mês, nem na plenária eu consegui vim. A gente estava cuidando das outras coisas lá da faculdade, mas com o coração doendo de não estar participando da agenda do Conselho e da agenda dos outros movimentos também. Faremos esse esforço de estar participando aí. **SIMONE:** Consola. **CONSOLAÇÃO:** Também quero reforçar que quanto o CEAS

deliberou junto a SEDESE para essa deliberação de custear a passagem da sociedade civil para vim para a conferência estadual, a gente até ressaltou isso na reunião, o processo de escolha ele realmente ficou facilitado. Então está cobrindo todas as vagas da sociedade civil. Isso também é um ponto alto! A maior dificuldade era de... Vem o carro do município, geralmente é o pessoal da gestão, e não cabem todos da sociedade civil. Aí a gente tinha esse problema de representação. **SIMONE:** Mais alguém? Eu acho que essa questão da tiragem de delegados regionais tem um aspecto. É importantíssima a garantia de participação da sociedade civil na conferência, mas também é preciso reconhecer acertou também na proporcionalidade. O critério também está muito mais adequado. As regionais estão se sentindo mais representadas, né? Só lembrando que 50% das conferências regionais serão delegados na conferência estadual. Isso também é muito importante. Volney. **VOLNEY:** Com relação ao horário de abertura às 08h. As próximas começaram às 08h? Está atrasando muito? Como é que está esse tempo aí de início nas conferências que aconteceram Simone? **SIMONE:** A média é entre 08h30min e 09h. A média. Claro que tem exceção! Aonde vai muito deputado atrasa um pouco mais. Volney, ontem a gente discutiu e achamos... O Conselho está presente nas conferências. Ao invés de a gente ficar discutindo aqui no nível central a realidade lá, é melhor que as pessoas que estão no local consigam administrar isso, né? Mas é uma média. A gente até ia discutir esse negócio da abertura, mas todo mundo avaliou que não, que a gente está conseguindo administrar, não estamos com problemas, estamos finalizando bem... O problema é quando fica uma conferência muito “empurrada” né? Não está assim. Vamos continuar às 08h. Marcando às 08h, com certeza, às 09h a gente começa. RISOS. Todo mundo com o compromisso e a responsabilidade de conduzir a conferência. Gente, então é isso. Nós já temos um boletim feito das conferências até agora. Só para informar a vocês, por pedido da nossa secretária de Estado... Vocês sabem, a gente não tem técnico para ir em todas as conferências. Nós não temos jornalistas para irem em todas as conferências. Nós não temos! Nós estamos levando jornalistas nas maiores conferências, mas queremos cobrir todas. Então a nossa secretária ontem pediu que na reunião que a gente fizer no domingo... Ah! Essa reunião também está sendo muito importante. Muito importante essa reunião que estamos fazendo no domingo. É uma reunião que a gente está fazendo um dia antes para organizar e tirar o papel de quem é quem. Então, que a gente não se esqueça de eleger entre as pessoas alguém que tire foto. Com o celular mesmo! Mas que tire foto! Que registre lá as principais falas, as principais questões, para a gente mandar para colocar no boletim e ter um registro de todas as conferências. Só para a gente não esquecer, e também ficar registrado aqui no microfone, nós vamos acertar melhor a mesa de apoio viu Rodrigo, Érica... Como é uma conferência muito proativa, a mesa de apoio também... Ela não é aquela mesa de apoio que fica todo mundo assentado esperando as propostas chegarem lá! As pessoas têm que ir até os usuários, até os trabalhadores, provocar, ajudar... Ajudar no debate... É diferente também. Nós ficamos de melhorar. Que a própria secretaria do Conselho possa até o horário do credenciamento ficar no credenciamento. Fechou o credenciamento, vai apoiar e ajudar também nas plenárias. Mas são acertos que a gente vai fazendo. A cada rodada é bom que a gente faça uma avaliação. Com certeza quando chegar nas últimas nós estaremos excelentes no modelo da conferência regional. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Mas é sempre assim. Então é isso. Nós faremos o registro, depois vamos consolidar uma avaliação das conferências municipais e das conferências regionais. Agora nós vamos começar a discutir a conferência estadual. Nós temos esse pleno e o próximo para discussão da conferência estadual, não é gente? Portanto, também temos que discutir com calma, com tranquilidade. Só para que todos os conselheiros saibam, a gente tem uma comissão organizadora da conferência. A gente tem se reunido direto, quase toda semana. A gente só não está se reunindo mais porque nós temos que viajar, chegar e tomar as

providências, né? Mas nós temos a comissão organizadora. Temos colaboradores na comissão organizadora, pessoas que têm ajudado muito a gente. Dentro da comissão organizadora tem um grupo específico cuidando da metodologia para poder fazer a relatoria consolidada as propostas que vem das conferências municipais. Então a gente está com um trabalho intenso. O que eu vou apresentar agora é uma proposta discutida na comissão organizadora. Inclusive eu quero falar aqui com os conselheiros estaduais que fazem parte da comissão organizadora acharem que precisa de um convite especial do Conselho, por favor, é só solicitar que nós vamos fazer. Nessa reta final, de fato, nós vamos precisar muito da presença dos conselheiros na comissão organizadora. Já está quase chegando a data da nossa conferência estadual. Eu vou apresentar a nossa última discussão. Nós trouxemos aqui uma proposta... Só um minutinho porque eles estão colocando ali. O que nos orientou para esse debate: a gente fazer uma conferência com calma, uma conferência onde a gente tenha tempo para fazer tudo dentro dela. Não ficar aquela conferência que tem um monte de coisa lá na hora do credenciamento, que tem um tanto de coisa... Três coisas na parte da manhã a gente sabe que isso não é possível. A gente tem experiência para saber que a gente deve fazer conferência com calma e que tudo é muito importante dentro da conferência. Tentamos trazer para a conferência todos os acordos já feitos. Vocês vão ver que a gente também tentou traduzir no desenho da conferência estadual os acordos feitos entre nós aqui, no pleno do Conselho. Eu acho importante a gente refletir na conferência estadual o debate que os municípios fizeram. Vamos tentar trazer para a conferência estadual o debate das conferências municipais e das conferências regionais. Pode passar, por favor. Olha só! Vamos com calma! Se vocês quiserem a gente pode parar ponto por ponto. O local todos os senhores já sabem: Centro de Convenções Israel Pinheiro – MINASCENTRO. Será nos dias: 09, 10 e 11 de outubro. Segunda, terça e quarta-feira. O Centro de Convenções estará disponível a partir do dia 08 de outubro. Isso é importante para os conselheiros se organizarem. Eu já peço aos senhores que fechem as agendas. Na verdade, a conferência começa no dia 09, mas nós, conselheiros, temos que estar aqui no dia 08 para fazer uma reunião nossa antes, para nos preparar e para nos organizar. É muito importante. Sempre fica muita coisa para a gente resolver. É claro que a comissão organizadora ela via resolver as coisas, mas ter o apoio do pleno e de todos os conselheiros é muito importante. Nós estamos fazendo a proposta de no dia 09 ficar de 08h às 12h só para o credenciamento, hospedagem e café. A gente tem a parte da manhã toda para receber as delegações das várias regiões de Minas Gerais. Nós teríamos de 12h às 14h o almoço. No primeiro dia, dia 09 de outubro, a gente faria as nossas oficinas simultâneas. As oficinas teriam dois objetivos. O primeiro objetivo do CEAS é apresentar os debates jamais consolidados, o que o próprio Conselho Estadual vem fazendo. Mas também, a gente abriu uma oportunidade de a gente também aprofundar os debates que possam vir para o pleno do Conselho Estadual. Nós pensamos em sete oficinas. São sete porque nós temos sete espaços que possibilitam a realização dessas oficinas. Nós faríamos então um debate sobre o SUAS e o sistema de justiça. Tem uma discussão feita com o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente para que nessa oficina seja uma oficina de devolutiva. Então a gente já teria uma devolução da política estadual de meio aberto no SUAS com uma resolução conjunta do CEAS e o CEDCA. Só lembrando que foi formado um grupo de trabalho. Esse GT ele apresentou a política de meio aberto, ela foi validada. Quem representa o Conselho Estadual nessa oficina é a conselheira Sandra. Nós temos também conselheiros do CEDCA, temos o MP, temos o judiciário... Enfim! Tem várias representações. Nós estamos discutindo com o Conselho Estadual. Depois eu acho que a Consola vai dar um relato dos diálogos que ela fez com o Conselho da Criança. Essa segunda é uma discussão sobre as equipes de referência. Tem uma proposta do CRESS e do Conselho de Psicologia para que a gente solte uma orientação para as equipes de

referências. Há uma discussão, uma disputa grande, entre profissionais do serviço social e da psicologia. Tem muitas perguntas Conselho Estadual, na SEDESE, nos próprios Conselhos Regionais acerca das especificidades do assistente social e do psicólogo. Então como direção do Conselho Estadual, é importante que a gente direcione que o SUAS não requer concorrência entre os profissionais, que aponte para a interdisciplinaridade, para discussão do projeto ético das equipes de referência. Portanto, aqui também seria uma oficina de devolutiva onde já apresentaríamos concretamente uma orientação e um posicionamento com relação às equipes de referência. Essa terceira oficina foi uma oficina combinada aqui, no pleno. A gente não faria a discussão nas conferências regionais sobre o Fórum de Entidades. As próprias entidades acharam que não seria pertinente neste momento, mas que a gente traria esse debate para a conferência estadual. Então aqui também está colocada uma proposta de oficina, por solicitação das entidades. Aqui tem uma grande discussão da necessidade e a urgência de se estabelecer o vínculo das entidades ao SUAS. É uma oficina também que a gente precisa pensar nela, no rumo dela, né? Outra oficina também que nós pensamos na comissão organizadora é o debate sobre o gênero e a assistência social. Esse debate do gênero e da assistência social também... A área da assistência tem pouca regulamentação e acúmulo sobre o debate de gênero. Eu acho que a Cris já colocou essa discussão aqui, hoje, de manhã. A professora Eleonora também nos chamou a atenção dessa discussão do empoeiramento das mulheres. As usuárias do Bolsa Família e as dos serviços socioassistenciais, em sua grande maioria, são as mulheres. Eu acho que é um debate importante também para o Conselho Estadual. Essa oficina teria o objetivo de acumular subsídios para que o Conselho possa trazer o debate para o pleno. A quinta oficina seria a oficina de benefícios eventuais e proteção as situações circunstanciais e emergenciais. O Conselho está fazendo uma discussão sobre a revisão da sua resolução. A idéia é a gente trazer esse debate para as oficinas, de preferência a gente apontar avanços nessa oficina para que a gente possa ou apresentar a resolução já revista, ou subsídios para a gente fazer a revisão dela. Talvez seja isso o que a gente dê conta de fazer nessa oficina. A outra são duas oficinas. Elas têm perpassado muito no debate aqui também, mas o Conselho precisa ter mais acúmulo. É o debate da diversidade étnica e o SUAS. Então aqui é a bancada dos quilombolas para trazer essa discussão para nós. Não só eles, né? Tem os indígenas também. Essa discussão da adversidade étnica é muito importante para a discussão do SUAS. Então eu acho que vai ser muito bacana essa oficina. É uma grande chance para o Conselho Estadual também, né? Mas do que uma chance. É um reconhecimento da importância dessa discussão. O outro também é a questão da adversidade sexual e o SUAS. Eu acho que o movimento tem cada dia mais exigido de nós um posicionamento do SUAS com relação do debate da adversidade sexual, viu Bruno? Eu acho que você, como secretário nacional da assistência social, já se sinta absurdamente convidado. Eu já disse para você milhões de vezes que nós não podemos perder algumas possibilidades. As oficinas não têm um caráter de capacitação. A conferência não foi feita para capacitar! Oficina é lugar de orientação, de acúmulo político, de direção política. Então é muito importante. A gente não pode achar... “Ah, eu vou lá me capacitar em gênero em assistência social.” Não! Nós vamos discutir qual é a direção da assistência social para essas discussões. Então, por isso que aqui eu acho que é muito importante. Eu acho que a gente vai dar uma resposta muito legal para o debate da adversidade sexual e o SUAS. Essas foram as propostas de oficinas que a gente trouxe como que avalia todo o debate político entorno do SUAS. É claro que nós temos muito mais questões do que estas, sem dúvida nenhuma. Muitas, tantas, outras. Aqui nós fizemos uma opção e uma leitura da discussão e do debate que vem sendo feito aqui no Conselho Estadual. De 16h30min às 18h eu, a vice-presidente, junto com a comissão organizadora da conferência, combinamos que nós faríamos uma pré-abertura antes da abertura formal,

vamos dizer assim, no sentido de nós duas darmos boas-vindas aos delegados de todas as regiões e já começar a condução do regimento interno. Todo mundo que conduz a conferência sabe o que quanto que é importante a gente fazer o regimento interno. E é lógico, entendendo que vamos iniciar o regimento interno às 16min30seg. Se precisar, a gente para 20h às 21h. E se precisar, a gente volta no regimento interno. Eu acho que não será necessário, mas se precisar a gente volta para terminar o regimento interno no mesmo dia. Não tem coisa pior na conferência, todos vocês sabem disso, do que começar uma conferência sem votar o regimento. A idéia aqui é um pouco essa. Às 21h nós esperamos já termos parado para o jantar. A idéia do primeiro dia seria essa. Eu vou apresentar tudo, depois a gente volta ponto a ponto tá gente? No dia 10 de outubro nós teríamos uma plenária, na parte da manhã. Uma plenária só também! Para não ficar aquele tanto de coisa... Achando que a gente consegue fazer debate de 08h às 10h, ou de 10h às 12h. Será uma manhã inteira de discussão sobre o legado do SUAS no Brasil e em Minas Gerais. A idéia dessa mesa é discutir o legado, mas também que a SEDESE possa fazer a sua prestação de contas. Talvez o debate que tivemos aqui, na parte da manhã, a gente tenha que deixar mais claro. Eu vou levar a discussão para a comissão organizadora de que a gente a gente vai fazer uma prestação de contas do legado, mas também da política estadual, vamos dizer assim. Então vamos repensar aqui viu gente? Eu já vou incorporar aqui. Mas a idéia é um pouco essa nessa mesa. Isso na parte da manhã. De 14h às 18h nós faríamos as plenárias temáticas simultâneas. Lembrando o que são as plenárias temáticas simultâneas, são plenárias... Então a gente já entraria nas plenárias deliberativas. A idéia é um pouco essa. Igual o que a gente fez na última conferência: não deixar a deliberação toda para a plenária final. Fica um tumulto! Nós já aprendemos bastante, não é gente? Então a idéia é fazer plenárias temáticas simultâneas. A gente faria a plenária temática eixo I: a proteção social não contributiva e o princípio da seguridade como paradigma para a gestão e os direitos. Então a gente faria um debate de 14h às 15h30min. E de 15h30min às 18h seria a discussão e deliberação de proposta advindas dos municípios para os Estados e para a União. Aí teríamos outra plenária temática do eixo II: gestão democrática e controle social. O lugar da sociedade civil no SUAS. De 14h às 15h30min nós faríamos uma discussão sobre o tema. De 15h30min às 18h seria a discussão e deliberação de propostas advindas dos municípios para o Estado e para a União. Também teríamos a plenária temática do eixo III: acesso a segurança socioassistencial e a articulação entre os serviços, benefícios e transferência de renda como garantia de direitos socioassistenciais. Faríamos um debate de 14h às 15h30min. E de 15h30min até às 18h, em princípio, faríamos discussão e deliberação de propostas advindas dos municípios para o Estado e para a União. E também faríamos a plenária temática do eixo IV: a legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e responsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais. De 15min30seg às 18h faríamos discussão e deliberação de propostas advindas dos municípios para o Estado e para a União. Estamos propondo que no segundo dia a gente faça um jantar dançante. Uma festa de luta e de resistência. Na programação do último dia... Eu vou fazer uma explicação aqui. No último pleno, quando do relato da eleição da sociedade civil, a sociedade civil tinha feito uma proposta para a comissão organizadora de a gente não ter um tempo para a eleição. A gente coloca as urnas lá, fazemos a eleição e no final do dia contaríamos os votos e daríamos conhecimento para os delegados. Essa tinha sido a proposta feita para a comissão organizadora da conferência. Nós discutimos isso na comissão organizadora da conferência, e achamos que nós não deveríamos... Nós deveríamos ter um tempo na conferência para a gente se dividir para eleição entre os usuários, trabalhadores, entidades e Conselhos. Igual na última conferência, né? Há uma proposta de que isso seja feito na parte da manhã. Está aqui de 09h às 11h. É lógico que começa às 9h, mas termina na hora

que tiver que terminar, para depois a gente entrar na plenária final. Aqui estão 03h para eleição da sociedade civil. Pela experiência nossa na última eleição, é um prazo considerável. É um prazo que dá tempo para apresentar, fazer a eleição, contar os votos e dar o retorno. A gente está com uma idéia de informatizar o processo de eleição da sociedade civil também. Se informatizar então... 03h ainda vai sobrar com folga. É a nossa opinião. Claro que isso aqui é uma opinião, né? Nós estamos trazendo para discussão. A idéia é que depois a gente faça a plenária final. Aí levando o que para a plenária final? Tirar as prioridades para a conferência nacional e a eleição dos delegados para a conferência nacional. Essa seria a nossa plenária final. Tem uma idéia de a gente tirar na conferência estadual na plenária final, não nas específicas, a agenda de luta e de resistência para o dois anos. Ela então seria submetida também a deliberação da plenária final. Agora vamos voltar lá para o dia 09 de outubro, no princípio da conferência. Credenciamento, hospedagem e café, olhem o que nós estamos pensando. Eu vou parar então para a gente discutir esse tópico está bem? Vamos voltar um a um. Credenciamento: nós vamos alterar o local do credenciamento que foi que última. Não vamos “enfiar todo mundo na frente”, né? Nós vamos utilizar as laterais para fazer o credenciamento. Nós estamos pretendendo fazer uma inscrição prévia para oficinas e plenárias temáticas. Na última vez deu muita confusão a gente deixar essa decisão para o momento do credenciamento! Nós temos condições de fazer isso antes. Outra coisa que a gente quer na hospedagem é ver se a gente oferta um kit de água. Nós hotéis normalmente a água é paga. Fica um constrangimento. Quem tem dinheiro para comprar água compra. Quem não tem, ou não compra, ou compra sem saber e depois fica na maior dificuldade para pagar. A idéia é que a gente consiga com a COPASA... A gente sempre consegue né? E aí, a gente ofereça aos nossos delegados um kit com água. Será um kit de boas-vindas já cama dele: bem-vindo a conferência estadual! Você é muito importante para nós! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu sou chique gente! Uai! RISOS. Não é só eu não, gente! Nós temos uma comissão organizadora! Outra coisa importante que a gente queria combinar aqui é a comissão de acessibilidade visitar os hotéis, pelo amor de Deus! Tem que visitar os hotéis! Eu sei por minha conta própria, né? “Só se Deus entrar no meio!” Manda e-mail, liga, telefona... Eu posso alguém para ir lá, e mesmo assim quando eu chego lá a cama é deste tamanho... Enfim! Essas coisas, né? Eu acho que isso demonstra o nosso carinho com as pessoas, o afeto e a forma como que queremos receber todos aqui. Vamos nos preparar para que tenha café no hotel e no receptivo do credenciamento também, por quê? Tem gente que vai para lá, mas tem gente também que vem direto para cá. Vamos parar aqui para a gente discutir. Eu vou pedir a Geisel para conduzir. Eu vou tomar um pouco de água aqui. **GEISIANE:** Antes das inscrições, eu queria partilhar também que ontem, na sociedade civil, a gente fez a discussão. Eu não sei se seria agora, uma vez que abriu. Mas eu vou dialogar e passar para vocês um pouco como que foi a nossa conversa ontem. A gente fez uma apresentação. O Isac e eu repassamos o que tínhamos conversado na presidência ampliada. Fizemos o repasse da proposta de programação que foi discutida na reunião da comissão organizadora. Inclusive eu não estava presente, mas o Isac estava, então pôde ser melhor esclarecido. Ao fazer o repasse da proposta primária da programação da conferência estadual para todos da sociedade civil, a gente elencou alguns pontos que ao fazer a leitura identificamos como importantes. Eu acho bacana que na sua fala até algumas coisas já foram esclarecidas. Eu não estava na reunião da comissão. Agora, com a sua apresentação mais completa, algumas coisas até vem de resposta para o que a gente discutiu ontem. Nem tivemos tempo... Mas eu acho que algumas coisas já vêm respondendo. Foi discutido na sociedade civil que a gente sentiu falta desse momento do ato de conferir, que vai muito ao encontro do que muito já foi discutido aqui, na parte da manhã. A Cris até já trouxe experiência aí de outras conferências. E aí, quando você traz

na apresentação, você diz o que a gente já tinha imaginado. Ontem a gente cogitou que na mesa, talvez, no painel do legado onde vai trazer essa conjuntura do SUAS no Brasil e no Estado de Minas Gerais, a gente imaginou que a prestação de contas entraria aí. Mas eu acho que mesmo assim é válido! Simone, na sua apresentação você disse que é importante que tenha prestação de contas da SEDESE e do CEAS, né? Eu acho que responde um pouco o que a gente conversou ontem. Eu acho que ainda falta... Fica a nossa dica de que talvez seja mais claro nesse temário... Talvez nesse nome de painel traga aí o ato de conferir, algo que chame a atenção para esse momento de conferência, de prestação de contas. É um pouco disso o que a gente discutiu ontem. Então fica a dica. Os meus companheiros da sociedade civil podem-me complementar. Um dos pontos que a gente colocou para esse momento seria isso. A gente achou muito bacana a gente ter a manhã para o credenciamento para a gente tentar agilizar o máximo para que as pessoas não fiquem como na última conferência. Nós que vivenciamos na última conferência vimos o credenciamento muito cheio. E ter que escolher a oficina na hora do credenciamento atrasa todo o processo. Então vamos tentar ser mais proativos com relação a esse credenciamento. A gente achou muito boa a proposta. Outro ponto... Eu vou falar de todos Simone. Dá licença! Eu vou abrir a discussão para que tanto os meus companheiros da sociedade civil, quanto os outros, fiquem a vontade para fazer outras colocações. A Simone também já abriu aqui para debate. Outro ponto que discutimos na sociedade civil é também com relação ao retorno das conferências. A gente ficou pensando em que momento entraria esse retorno das conferências, tanto as conferências municipais com relação ao número de municípios que realizaram a conferência... Isso vai estar dentro da prestação de contas e desse legado do CEAS. Esse ponto do retorno das conferências regionais, da participação e de todos os envolvidos na conferência não pode ficar esquecido. Eu imagino que a gente vai ter que acrescentar a participação dos conselheiros estaduais na apresentação do CEAS. Também foi levantado na reunião ontem sobre a questão da ordem de todo o processo, se seria interessante mesmo a leitura e o debate do regimento interno ser feito nesse momento como está proposto. Foi levantada uma discussão com relação à abertura oficial ser antes desse regimento, se não deveria ser o contrário... Também isso surgiu. Eu acho que a gente pode abrir aqui para o debate. Eu acho importantes os esclarecimentos e conversas sobre a proposta. No mais, a gente falou disso! Foi levantada também a importância de ser ter essas oficinas. Eu acho que a Simone esclarece muito bem diante o que a gente conversou ontem sobre a oficina ser o acúmulo daquilo que a gente vem discutindo nesse Conselho, e não simplesmente um processo de formação. É muito para além de um processo de formação. É um processo de acúmulo que a gente descobriu ao longo dos últimos anos que realmente a gente precisa aprimorar a discussão com relação a essas temáticas. Eu acho que é um momento importantíssimo a conferência e super estratégico a gente utilizar desse espaço. Mas ficamos preocupados com relação ao cronograma. Eu acho que foi um pouco disso o que a gente conversou. Por favor, complementem, se puderem. Com relação à minuta de alteração da resolução do processo eleitoral, a gente discutiu e achamos importante. Foi boa a leitura que a comissão organizadora fez diante da leitura que já havíamos feito do processo eleitoral, da importância de se parar a conferência para o processo eleitoral... A gente fez a discussão que... A sociedade civil entendeu, de forma coletiva, que era importante estar no segundo dia. Então, eu também quero abrir o debate aqui, hoje, de como que a gente conversaria melhor sobre isso. Se não é interessante a gente fazer a alteração: ao invés de ser no terceiro dia, como propôs a comissão organizadora, de mantermos no segundo dia como já estava proposto. Essa foi a discussão feita. O fato de parar foi unânime. A gente acha que realmente é importante a gente fazer essa parada. Mas foi colocada essa questão do dia: se não seria interessante manter no segundo dia. E também com relação ao tempo. A

Simone na apresentação também faz uma resposta para a gente. Eu acho que nos contempla. Foi colocado que duas horas é um período muito curto para fazer esse processo eleitoral. E aí, O Isac e eu falamos que ao invés de aumentar esse processo de tanto para tanto, que a gente aguardasse para resgatar com a secretaria executiva de qual foi o tempo estipulado na última conferência. E aí, ouvir da Simone e da Consolação que na última foram duas horas, e que nesse a gente vai ter um processo talvez mais ágil com a votação eletrônica, também responde a nossa discussão de ontem. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** É! Viva a tecnologia! Foram esses pontos que a gente levantou. Está aberto para discussão. A Cris vai acrescentar. O Volney e a Gabriela estão inscritos. **CRISTIANE:** Boa tarde! Ontem eu não estava na reunião da sociedade civil. A Geise trouxe algumas questões que eram as questões mesmo que eu já estava pensando. A gente só conversou agora, na hora do almoço. Acaba que essas questões da programação e do gênero, que já aparecem, estão como resposta. Eu fiquei angustiada até hoje de bobagem! Porque já estava sendo pensado na comissão. Eu quero parabenizar muito a comissão por isso! Mas nós vamos discutir aqui... Eu estou vendo que a Simone parou... Nós vamos discutir os detalhes? A gente pode falar a respeito desses detalhes. Podemos? Ótimo! Com relação ao credenciamento eu particularmente, a partir das conferências que eu participei, eu fico pensando que o credenciamento ele já dá muito o tom. O acolhimento no credenciamento dá o tom da conferência. Na conferência de Belo Horizonte nós tivemos uma dificuldade com relação às informações na hora do credenciamento. O vale alimentação que estava dentro do kit que estava sendo recebido pelos delegados ele tinha um valor, por dia. Os usuários, por não serem orientados, foram comprando no Shopping Cidade e extrapolaram muito o varo diário! No restaurante teve usuário que teve prato de R\$ 96.00. O ticket era de R\$30.00. Eu acho que no credenciamento Simone... Eu fico pensando a gente estabelecer quais são as informações. Protocolar as informações que são extremamente importantes para os usuários, sabe? Para não ficarem perdidos mesmo com relação a isso. A outra coisa é com relação à hospedagem. Eu escuto a Simone falando em pensarmos na acessibilidade nos hotéis, como são muitos delegados que vêm de cidade do interior, cidades pequenas, eu imagino que junto a esses estão vindo aqueles pela primeira vez na cidade. A comissão de acessibilidade vai aos hotéis, mas a cidade de Belo Horizonte não é acessível. Eu acho que a gente tem que isso. Nós vamos avançar para isso. Eu acredito nisso! Se eu não acreditasse, eu não estaria aqui, na assistência social e nem neste Conselho. Mas eu acredito que nós vamos avançar para uma cidade acessível, mas Belo Horizonte não é. Então a preocupação que eu tenho é com relação ao transporte: se vai ter esse transporte do hotel para o MINASCENTRO, e se esse transporte também é acessível. A outra coisa, já falando nessa parte da manhã, é com relação ao café. É uma empresa licitada, né? Provavelmente vai um Buffet com especificação de tudo. A Simone colocou que vai ter o café no hotel e o café lá, né? Eu acho importante esse café como desjejum mesmo, como alimento na manhã. Mas eu acho que a bebida, o café, eu acho que tem que ser o dia todo. VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Está previsto? Isso. Porque as pessoas viajam muito! VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Isso! O dia todo! É. Então é isso gente. VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** O hotel vai estar liberado para os conferencistas apenas na segunda-feira? Ou no domingo à noite? É a minha primeira pergunta. Se os hóspedes chegarem, por exemplo, na segunda-feira e foram direto para o MINASCENTRO, lá foi pensando em um guarda-volumes? Porque você ficar o dia todo... VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Tem um guarda-volumes Consolação? Ok. Outra coisa, eu estava fazendo as contas aqui, nós teríamos quatro horas para o credenciamento para 1.200 conferencistas. Vai dar aí 12 segundos para fazer o credenciamento de cada conferencista. Eu acho muito pouco! VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** É muito pouco 12 segundos. Para 1.200 é pouco. A última conferência... VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Sim! VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** O

“gargalho” foi na última, não foi Consolação? Outra coisa, as oficinas já teriam o nome das pessoas para a gente dar uma avaliada? Já foi pensado quem serão esses oficinairos? Quais são esses nomes que estão sendo pensados? Na última foram dois hotéis licitados, né? Eu não sei se esse ano o esquema é o mesmo, ou se serão mais hotéis. VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Não foi licitado ainda não, né? Tá! As minhas dúvidas são essas. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Mais alguém? **GABRIELA:** Ter a ver um pouco com a pergunta do Volney sobre os oficinairos. Eu queria dar uma sugestão em relação à oficina de gênero e assistência social. Eu também sou conselheira do Conselho da Mulher, ele está se reinventando. A gente está nesse processo de reconstrução do regimento interno, a gente ainda não fez as conferências... Então seria interessante o Conselho participar desse momento. A gente discute muito isso no Conselho da Mulher também. Eu não sei como que a gente faria essa interlocução. Eu acho que essa discussão aqui, no CEAS, já está aprofundada, mais até que a discussão que a gente está lá. A gente acabou de tomar posse. Seria interessante levar essa discussão para lá também de alguma forma, sabe? Eu tenho certeza que a nossa presidente, a Larissa, ela participaria. Eu acho que ela estaria totalmente disponível, ou algum da equipe, para a gente trabalhar nisso. Eu acho que seria interessante essa interlocução. A minha sugestão é essa. Eu não sei quem vocês estão pensando nessa questão da palestra. Lá a gente tem algumas conselheiras que podem contribuir para essa discussão a nível nacional e estadual. **SILVANA:** Eu acho que a programação está ótima! Os temas das oficinas... Pena que são simultâneas! Dá vontade de participar de algumas, pelo menos. Eu acho que está tudo interessante. Geise, eu não entendi muito bem a proposta de alterar o dia das eleições. Eu acho que aqui tem uma sequência interessante, se você altera o dia, você perde essa sequência. A eleição é um momento meio que tumultuado, né? Então quando você passa isso para o segundo dia dá uma queda bem grande na produção da conferência. Eu defendo aqui que a gente permaneça com essa sequência dos dias e deixe a eleição para o final mesmo. **WILLIAM:** Três dias é bom demais, não é gente? Eu participei dessa última em Belo Horizonte com dois e teve esses problemas que a gente citou hoje, de manhã. O tempo foi crucial! Eu acho que esses três dias dão para a gente se organizar da melhor forma possível. Eu gostei também da programação aqui. Muito legal! O que me chamou a atenção foram esses eixos aqui, as oficinas simultâneas. E aí, pegando o gancho que a Cris falou e o que a Gabriela também disse... Esse eixo aqui: benefícios eventuais e proteção das situações circunstanciais e emergenciais... Só uma pergunta: existe o Conselho de Segurança Alimentar no Estado? VOZ AO FUNDO. **WILLIAM:** Existe. Pois é. É o CONSEAS. Isso mesmo! Em Belo Horizonte a gente tem um debate muito forte em relação à cesta básica: é benefício eventual? Não é benéfico? O debate vai e volta! Vai e volta! Vai e volta! E fica igual pingue-pongue. Teve uma discussão fervorosa no ano passado, e está voltando ao debate este ano. Eu não sei se já teve algum debate a nível do CEAS... Eu acho que é importante a gente convidar para esse debate aqui o CONSEAS. Eles precisam ser envolvidos nesse debate, né? É uma sugestão que eu dou. E com relação à programação, eu achei interessante também. **IVONE:** Também achei a programação muito boa, pega uma parte mais da chegada para fazermos uma discussão mais conduzida. No segundo dia, pautar mais nas discussões as deliberações que vierem dos municípios. Eu defendo também essa idéia de que os delegados fiquem para serem discutidos na quarta-feira. Eu acho que esse momento da eleição do delegado é um momento muito cansativo. Eu acho que ele poderia ficar mais no final! Porque se já terminou, pode ir embora para a casa, né? A conferência não poderia ser um momento também para que tenha apresentação de alguma boa prática, um bom momento, uma boa experiência da política da assistência social, que seja um espaço para ser validado na conferência... Ou não? VOZ AO FUNDO. **GILBERTO:** Eu queria parabenizar o pessoal que contribuiu e construiu esse desenho aqui

da conferência estadual, porque dialoga muito com o Paulo Freire. Eu sou capaz de dizer isso! É uma conferência que também escuta quem vem da base, dado amplitude de momento de debates que tem aqui previstos nos vários momentos da conferência. Eu queria dialogar com a sociedade civil no sentido de que... Já que é um modelo educativo, um modelo onde o outro também traz informação para o debate do fortalecimento do SUAS, a gente também mantém um modelo educativo... Há uma mudança de clima depois da eleição dentro das conferências, inclusive do governo. Eu estou falando a partir até do governo! Tem gente que depois que é eleito, de governo, às vezes vai embora, abandona a conferência... Talvez os usuários venham junto com o pessoal do governo... Apesar de que a gente sabe que o Estado está pagando, está garantindo a estadia e o transporte dessas pessoas. Mas a gente sabe a influência dos governos nesses processos, né? Então pode existir o esvaziamento. Eu não estou falando da sociedade civil, não. E aí, a gente tem que forçar um pouco a barra no processo educativo de fazer as pessoas ficarem até o fim nos debates, senão a gente vai esvaziar gente. É uma coisa que culturalmente nós ainda não superamos. É igual o voto facultativo, né? No nosso país não tem jeito! Tem gente que quer discutir parlamentarismo. Como é que vai discutir parlamentarismo no nosso país com essa configuração? A conferência não pode ter a eleição dos delegados no meio porque ela... Eu sou capaz de garantir... Não é fazendo futurologia, não! Mas garantir que vai esvaziar depois sabe? E não é só a sociedade civil, é o governo também. A sociedade civil nem tanto. Eu tenho medo! É temerária essa questão de colocar no meio. Obrigado.

**ISAC:** Só para quebrar um pouco o clima da discussão, a conselheira Josiany pediu para justificar a ausência dela á tarde, ela teve um problema com a identidade. Eu acho que ela está na delegacia tentando recuperar a identidade que perdeu. VOZ AO FUNDO. RISOS.

**ISAC:** Sobre a nossa reunião de ontem, especialmente sobre essa questão da eleição, a gente discutiu bastante na sociedade civil. Podemos dizer que não é um consenso da sociedade civil voltar para o segundo dia. A gente levou em consideração essas coisas que estão sendo faladas: do esvaziamento, da importância de ser no último dia, do pessoal estar um pouco já “desligados” dos debates nos grupos... Então, tem um pouco a defesa de manter no terceiro dia mesmo a eleição com o tempo suficiente para isso. É só essa contribuição que eu queria trazer para vocês.

**DAYANA:** É só para fazer uma justificativa de ausência. A conselheira Juanita, da Federação das APAES, pediu para avisar que teve uma reunião de trabalho. Ela teve que sair na hora do almoço e não conseguiu voltar, tá?

Obrigada. **SIMONE:** Gente, nós estamos construindo a conferência. Primeiro eu quero dizer isso! Segundo, que a comissão organizadora é composta por vários conselheiros que acompanham bem a discussão. Com relação às questões da infraestrutura, nós ainda não finalizamos a contratação da empresa que vai realizar a conferência estadual. Está em processo. Eu acho que com relação às perguntas que foram feitas a melhor pessoa para responder aqui é a Consolação, que tem mais o termo de referência na cabeça dela. Eu posso garantir aos senhores que é um termo de referência que... Se não contempla tudo, contempla quase tudo o que a gente pensou como importante para a conferência estadual. Mas eu queria colocar algumas coisas aqui! Nós estamos trazendo a proposta de programação. Nós começamos a discussão de nomes, mas nós não aprofundamos. Então nas oficinas de jeito nenhum. Algumas pessoas falaram: “ah! Fulano tem acúmulo nisso! Ciclano tem acúmulo naquilo!” Mas como não tinha passado pelo pleno... Eu acho que depois das observações feitas aqui... Nós vamos levar as observações. Eu só queria esclarecer para o conselheiro William que aqui, no Conselho Estadual, a gente não está neste patamar de discussão. Para nós essa discussão não existe mais! Nós discutimos a resolução a luz das normativas do SUAS, da resolução nacional. Essa discussão, do ponto de vista do SUAS... Cesta básica não está mais nos nossos benefícios. É isso o que eu estou dizendo. Nós vamos discutir o patamar. Vamos discutir como que nós vamos fazer a

nossa resolução principalmente para os municípios que gasta o Piso Mineiro. Nós somos quem financiamos, mas tem barbaridades absurdas sendo gastas com o dinheiro do Fundo, sabe William? A idéia nossa é avançar mais ainda! Isso aí já era! Não estou falando que vocês estão atrasados, estou falando que isso aí, no ponto de vista do SUAS, já está ultrapassado. Nós com o CONSEAS não temos esse tipo de discussão. Para nós está dado! É fato! Diferente de Belo Horizonte, que distribui cesta na secretaria de assistência até ontem, né? Por isso que vocês estão nesse processo. Belo Horizonte ainda está fazendo um esforço para se adequar nas normativas do SUAS, infelizmente. Mas é a realidade, não é William? A idéia da Ivone de a gente incluir as boas práticas nas oficinas, aí a gente vai ter que ver o objetivo da oficina, se casa, se tem condições: o SUAS e o sistema de justiça, a questão das equipes de referências... A gente pode discutir. Eu acho que vale a pena a gente discutir se na temática das oficinas aparecem as boas práticas, e se tem a ver com os objetivos das oficinas. Eu acho que fica como uma idéia viu Ivone? Eu acho que é bem legal se a gente conseguir. Eu sei que dos benefícios eventuais a gente tem levantamento. Nós temos! O Conselho fez e já foi apresentado aqui. O Conselho fez! Na de benefício, eu tenho certeza que cabe. Fica mais concreto. Inclusive para colaboração nas nossas regulamentações. Agora, as outras, pode procurar também. Essa aqui eu tenho certeza que cabe. Eu acho que seria bem legal. Mas eu acho que é isso. Nós vamos levar todas as observações colocadas com relação à programação. Eu vou passar para a Consola para que ela também possa ajudar nas perguntas que foram feitas acerca das questões do termo de referência. E aí, eu vou abrir de fato para o que tem que ser discutido aqui. Nós precisamos sim deliberar agora a questão da eleição. Esse é um assunto que a gente tem que discutir para acertar. **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** É! Os outros pontos a gente vai levar para a comissão. Ainda nós estamos em construção. São idéias muito boas. Todas podem ajudar muito no melhor desenho da proposta da conferência estadual. **CONSOLAÇÃO:** Em relação ao credenciamento, a secretaria executiva levantou isso à comissão organizadora. O problema que tivemos na conferência passada... Porque a gente vai acumulando. Os problemas a gente sempre registrar para a gente tentar vencê-los. Então já tem aí uma expertise de várias conferências regionais, né? Mas a gente está aprendendo e estamos melhorando. O que que atrasou o credenciamento? Foi a escolha de oficina e plenárias na hora do credenciamento. A pessoa parava e tinha que marcar. Isso que atrasou o credenciamento. Então a gente já pensou nisso. Vamos fazer isso previamente. Nós vamos vencer essa etapa considerando que a pessoa já chega, dá o nome... Já está pronto! A impressora é aquela individual. É rapidinho! Já está todo o material! Isso é tranquilo. E não é um guichê, né? São vários! Então a gente vai organizar e a gente vai ver a melhor maneira. Nós já procuramos inclusive o Romerito, que é o coordenador da CAADE no Estado, para vermos o que podemos fazer para termos o melhor acesso no credenciamento. Serão duas pessoas da superintendência de vigilância da SEDESE para ajudar a gente também no credenciamento. Estamos estudando o que a gente pode fazer para ganhar esse tempo para a gente garantir essa melhor acolhida. Tanto é que foi puxado até o lanche, mesmo tendo no hotel, liberado para as pessoas tomarem café quando forem levar a mala ao hotel. Foi garantido que tenha também no local do credenciamento. Pode ser que tenha alguém que não queira ir, que primeiro queira fazer o credenciamento, para depois ir para o hotel. Em relação à alimentação, ela é toda no local do evento. A gente viu que ficou apertado na outra! Estava difícil: era talher que quebrava porque eles fizeram descartável... Dessa vez nós colocamos que eles têm que trazer o talher normal. O tipo de prato; O tipo de copo para a pessoa não ter dificuldade inclusive de segurá-lo; Os vários tipos de alimentação para atender os diabéticos... Qualquer restrição de alimentação... Então tudo isso está no termo. Na hora que fizemos o contrato do MINASCENTRO alugamos também um espaço maior para esse almoço. Então vai ser bem mais espaçoso,

para que a gente consiga atender as pessoas com mais conforto. A gente observou que 2015 não teve aquele conforto que a gente gostaria, muito em virtude do espaço que a gente achou que daria. A circulação não foi a melhor. Então isso também já foi vencido. Em relação ao transporte, a pessoa chegou a BH, a gente já vai ter o transporte rodoviário. Nós vamos acompanhar os usuários! Se ele vem com acompanhante... Então está tudo previsto. Tem ônibus! Na hora a gente até negocia se vai ser ônibus ou van, porque às vezes por ser aqui no Centro há a dificuldade de locomoção do ônibus. Há a opção de ter mais vans para serem mais fácil para locomover essas pessoas. É lógico que tem o horário. A gente tem uma organização disso. Não é qualquer hora de ir. Mas mesmo assim, já em 2015, por orientação da presidente e da vice á época da conferência, a gente atendeu todas as necessidades das pessoas. Teve pessoas que falaram: “eu esqueci o meu remédio lá no hotel!” Fomos lá buscar. Tem uma sala de soluções. Então, em relação à logística, realmente está tudo no termo. A Simone observou para a gente se não estava claro ainda no termo a questão do uso do toquem que a gente usa para aprovação de proposta. Aí ela falou: “então eu quero isso simultâneo em todas as plenárias.” A gente colocou em todos os dias, mas achamos ainda que não estava tão claro. Então mudamos o termo porque tinha quer simultâneo. No processo de escolha a gente vai ter esse sistema de votação disponível para organização nos três dias do evento. Os carros são adaptados... Está tudo isso no termo mesmo. Inclusive acompanhantes! O Romerito falou como que a gente pode fazer para treinar os acompanhantes... A gente também está observando isso. De onde que vem, de onde que pode ser esse acompanhante. Se vai ser realmente dentro dos técnicos... Nós estamos fazendo contatos com escolas, até de cuidadores, para poder facilitar. Ter uma pessoa mais qualificada para acompanhamento das pessoas, se assim precisar.

**SIMONE:** Eu vou levar essa discussão então para a comissão organizadora. A gente pode então começar a discussão do processo eleitoral da sociedade civil. Eu acho que eu não compreendi direito o porquê vocês discutiram. Eu acho que nós temos que retomar aqui. Vocês podem colocar mais claramente os motivos que levaram vocês a trazerem a proposta de mudança. Eu acho que isso precisa ser discutido. Do ponto de vista da comissão organizadora da conferência, eu acho que colocar a plenária temática deliberativa no segundo dia, na parte da tarde, nos possibilita estender até às 19h, se for preciso. Dá uma tranquilidade para nós. Aqui nós devemos decidir sobre as duas coisas, então é preciso pensar sobre isso. Eu acho que se a gente deixar toda a plenária para o último dia é um risco enorme. É um risco de adentrarmos pela a madrugada, né? Sem dúvida nenhuma disso! Nós estamos aqui para discutir. Eu acho que nós temos responsabilidade com a condução dos dois processos. Eu concordo com o Gilberto. Eu acho que o último dia é o dia que já passou o processo de discussão. Você levar uma discussão para o meio da conferência pode-se criar uma cisão enorme nela! Antes e depois. Então eu acho que nós temos que discutir aqui e ver qual é o melhor caminho para este Conselho. Está aberto para discussão. Eu vou passar para a nossa vice-presidente.

**GEISIANE:** Como eu adiantei... A discussão feita ontem na sociedade civil... Os argumentos levantados pela sociedade civil foi esse esvaziamento. E aí, fiquem a vontade os que quiserem fazer a defesa, os que quiserem trazer outros argumento... Talvez eu não esteja por dentro. Dayana, se quiser, fique à vontade para ajudar.

**DAYANA:** Foram esses argumentos mesmo que levaram a sociedade civil discutir sobre o segundo dia, sobre o último dia e sobre o esvaziamento. “É uma faca de dois gumes”, né? Pode ser no meio, e esvaziar o restante da conferência. E pode ser no final, e também ter uma situação de esvaziamento muito grande. Eu até perguntei a Consolação como que foi a experiência. Vale a gente recordar como que foi a experiência de 2015. De 2015 foi no meio! Foi no meio da conferência. Então eu acho que é bom a gente escutar como foi em depois 2015 para a gente ter uma ideia e poder votar.

**GEISIANE:** Ok. Está inscrita também a Cris. **CRISTIANE:** Considerando as

considerações... RISOS. Eu estou aqui consultando a nossa vice-presidente se nós poderíamos ouvir a opinião dos demais, que não da sociedade civil, para que coloquem o ponto de vista. A Simone colocou. O conselheiro Gilberto colocou os pontos com relação a isso. Eu queria propor a sociedade sair e voltar com uma posição. Ouvindo o conselheiro e as argumentações eu acho que a gente pode chegar a um consenso, ou chegar mesmo a um acordo internamente na sociedade civil. Eu acho que isso atinge fortemente o processo como um todo. **DÉBORA:** Eu não sei se eu entendi direito toda a proposta da apuração e tal... Mas eu queria comentar sobre a última conferência. O processo foi dividido por segmentos. E aí, foi feita a apresentação. E aí, as pessoas vão lá e votam. E aí, vai lá e apura. Não é assim? Lá eu já achei estranho ter aquele momento só para votação. Eu estou aqui tentando pensar se não é possível ter um momento de apresentação talvez no terceiro dia. Eu acho que isso seria importante. E a votação... Vocês falaram da votação eletrônica... E tem que ter um momento mesmo específico, não sei. Eu estou aqui tentando formular uma proposta que pudesse ter um tempo maior. Se for urna, que as pessoas depositem... Ter alguma coisa... Um tempo maior. Ou ficar lá o lugar da votação por um tempo maior. O resultado dessa apuração ocorreria no final mesmo. Eu acho que tem que ser pós-plenária. Eu concordo com o que a Simone falou. Então que no final o resultado seja divulgado. É uma idéia, né? **GEISIANE:** Consolação. **DÉBORA:** E. **GEISIANE:** Pode terminar. **DÉBORA:** Eu acho que é isso. Depois eu falo mais se eu lembrar. **CONSOLAÇÃO:** Se a gente for analisar o eu foi o processo passado... Inclusive ele ficou tumultuado porque existe uma agenda de conteúdo. A maior discussão que a gente tem em relação de ter essa votação dentro da conferência é porque a gente preservar o conteúdo da conferência e também tem a oportunidade de ter o momento da eleição. Então se você concentra o conteúdo em um dia fica muito interessante as pessoas debaterem, e você ter um momento específico para essa eleição depois do debate, inclusive dá um fôlego até para as pessoas para a plenária final, para escolha dos delegados e para as propostas. É uma coisa até interessante a pessoa mudar o foco. Ela vai, faz a eleição e depois volta. Ter esse momento de eleição conjunta com o que está sendo garantido em termo de logística adianta muito o processo. A gente divulgando isso, falando desse processo e da importância... Eu acho que quando a sociedade civil fala de esvaziamento, e estou tendo o conhecimento nas regionais que eu estou indo... As pessoas querem participar! Tanto é que quando você coloca: formação de fórum... Está sendo... A sociedade civil já levanta antes da hora. Esses delegados estão vindo para cá. Então eu não acredito nesse esvaziamento porque nós estamos com o lema: organizar, lutar e resistir. E dentro disso, vai ser colocado... **VOZ AO FUNDO.** **CONSOLAÇÃO:** É uai! Não! Não tem esvaziamento! É isso o que eu estou falando! Não tem esvaziamento! E vai ter o quê? Vai ter o conteúdo que nós vamos dar para resinificar inclusive a participação. Então eu acho que é uma construção. Até a participação no terceiro dia é uma construção! A gente vai falar disso! Dessa existência, dessa importância do Conselho. Da importância da pessoa exercer o direito dela de participação... Que nesse momento vai ser dar no voto inclusive de eleger quem vai representar dentro do Conselho Estadual. E você ter esse momento com essa visibilidade, inclusive mostra o amadurecimento, no meu entendimento... E aí, eu falo como assistente social, como técnica e secretária executiva. Isso mostra um amadurecimento do Conselho em relação às decisões. Você ter um momento específico você está dando visibilidade para O MP... “Olha! O Conselho tem um momento na conferência. Passou isso. Ele discutiu tudo!” Essa questão crescente, inclusive que foi avaliada nas conferências regionais, é o mesmo movimento se a gente for analisar na estadual. Você vai no conteúdo, você acende o conteúdo e quando chegar o outro dia... “Ah, é a formação. Formação de que agora?” Do Conselho Estadual. Então tem... **PARTE 4 CONSOLAÇÃO:** (...) Dentro dessa programação está ali mostrando esse ascendente. É a minha opinião, sabe? Inclusive avaliando mesmo.

Em seguida a gente já tem a apuração e já dá na plenária ali... Quer dizer, tem toda uma lógica construída para uma efetividade aí para essa ação. **GEISIANE:** Silvana. **SILVANA:** Na verdade eu queria reforçar isso o que a Consolação disse dessa quebra que teria se a eleição fosse no segundo dia. Eu acho perigoso você retomar com os participantes... Se você faz a eleição no segundo dia, quando voltar no terceiro dia, vai ser só eleição a pauta. Você não consegue concentrar esse público nessas plenárias que a gente tem. Eu acho que é esse movimento crescente que a Consolação disse: tem as oficinas, as plenárias e a eleição no final. Se você inverte isso, para você retomar a concentração dos participantes para as plenárias, eu acho que a gente vai ter uma perda muito grande de conteúdo mesmo na conferência. Eu continuo na defesa de a gente seguir esse calendário aqui para a gente ter uma produção maior. **GEISIANE:** Mais alguém inscrito? Então eu queria perguntar se a proposta da Cris tem uma concordância. **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** Se a sociedade civil pode se reunir por alguns minutinhos. A Consolação foi ver aqui um espaço para a gente se reunir. Enquanto ela não dar esse retorno, fique à vontade William. Você está inscrito. **WILLIAM:** Boa tarde a todos (as). Eu concordo sim em nos reunir. **CRISTIANE:** Uma pergunta que eu queria fazer para o pleno. Para mim vai ser o primeiro processo em que eu vou estar antes. Eu já cheguei depois. Eu não me lembro desse momento. Em algum momento os conselheiros da sociedade civil que saem se encontram com os conselheiros que entram? **VOZ AO FUNDO. CRISTIANE:** Somente na plenária de posse? Tá. Então é isso. **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** Ok. Então vamos lá por alguns minutinhos sociedade civil? Governo nos dê licença, por favor. **PAUSA. GEISIANE:** A gente quer saber da secretaria executiva se tem prazo para o recurso sendo dia 15... E tudo mais. **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** A Consolação só está conferindo aqui se no dia 15 a gente tem prazo para impugnação para recurso. Eu estou entendendo que fica aceita a nossa sugestão até o dia 15. É até outubro tá? **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** 15 de setembro até o dia da conferência. **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** Ok gente. Segundo a Consolação, é apertado, mas dá! Está bom? **APLAUSOS. GEISIANE:** Então está aprovada a proposta, com o consenso da sociedade civil e também do governo, de a gente manter a programação e estender o prazo até o dia 15. Obrigada. **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Eu vou então passar para a Consola para ela ler a proposta de mudança da resolução. E aí, tem que acrescentar na resolução que nós vamos ampliar o prazo para habilitação dos candidatos até o dia 15 de setembro. Não é isso Consolação? É bom alguém ajudar fazer a redação ali gente! Aí a gente já lê a redação direitinha. **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** A Marta vai fazer para a gente a leitura, enquanto a Consola pensa aqui a proposta de redação. Todo mundo já recebeu? Cris? Pessoal? Todo mundo já recebeu? Vamos acompanhar, por favor. **MARTA SILVA:** Minuta de resolução. CEAS/MG. Altera a resolução nº 603/2017 que dispõe sobre o processo eleitoral dos representantes de entidades não governamentais e dos representantes governamentais dos Conselhos Municipais de Assistência Social para compor o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, gestão 2017- 2019. O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 13 da lei estadual 12.262 de 23 de julho de 1996, pela resolução do CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 que aprovou a NOBSUAS e, pelos Art. 2º e 42º do regimento interno do CEAS aprovado pela resolução do CEAS nº 358 de 10 de maio de 2011 e, considerando a deliberação de sua 225ª plenária ordinária ocorrida em 18 de agosto de 2017; resolve: Art. 1º O caput do Art. 15 da resolução do CEAS nº 603/2017 passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 15 “A eleição realizar-se-á de 09h às 11h, do dia 11 de outubro de 2017, na 12ª conferência estadual de assistência social, na presença de representantes da comissão do processo eleitoral e de funcionários do CEAS designados para esse fim.” Art. 2º Incluir o §3º no Art. 15 da resolução do CEAS nº 603/2017 com a seguinte redação: §3º “A eleição ocorrerá, por categorias, por plenárias simultâneas”. Art.

3º O caput do Art. 17 da resolução do CEAS nº 603/2017 passa a vigorar a com a seguinte redação: Art. 17 “Após encerrada a eleição, procede-se a apuração dos votos e divulga-se os resultados.” Art. 4º Fica substituído o anexo IV da resolução do CEAS nº 603/2017 pelo anexo desta resolução. Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 18 de agosto de 2017. Simone, presidente do Conselho Estadual. No verso tem o anexo IV alterado. Calendário do processo eleitoral do CEAS gestão 2017-2019. Data, prazo e atividade. Data: 31/07 a 31/08 de 2017. Agora vai ser alterado o calendário porque vai ser 15/09, e não 31/08; Período de habilitação para os representantes de usuários, ou (as) organizações, ou (as) entidades de usuários, entidades ou organizações de assistência social, entidades e organizações representativas de trabalhadores da assistência social e/ou Conselhos Municipais interessados em compor o CEAS: até o dia 08/09. Também vai ter que ser alterado; Publicação do resultado de habilitação: passa a ser até o dia 23/09. É isso? VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Então tá! Depois a gente volta nas datas. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Isso! Até três dias consecutivos da data de publicação do resultado: prazo de recuso para o processo de habilitação; Depois é seguido o prazo de julgamento de recursos; Depois o horário: é de 09h às a eleição; Após a eleição é a apuração dos votos e resultado final; Depois o outro procedimento: comunicar oficialmente a plenária da 12ª conferência estadual de assistência social o resultado da eleição; Prazo de publicação do resultado da eleição; Prazo de recurso relativo ao resultado da eleição; Prazo de julgamento dos recursos; Posse dos representantes eleitos na plenária do CEAS. A Consolação vai apresentar agora as datas. Então vamos ler de novo. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** É! O Art. 9º está sendo criado no Art. 5º. O caput do Art.9º passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 9º “Os representantes de entidades, organizações e Conselhos mencionados no artigo anterior que desejarem participar como candidatos no processo eleitoral deverão habilitar-se no período de 23 de julho até 15 de setembro de 2017, de 08h às 18h, nos dias úteis, junto a secretaria executiva do CEAS.” E aí, o Art. 5º passa a ser o Art. 6º. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Os novos prazos são os seguintes: 31 de julho a 15 e setembro: período de habilitação; Até o dia 20 de setembro: a publicação do resultado da habilitação; E aí, até dois dias consecutivos da data da publicação: prazo do recurso em relação à habilitação; Até o dia 26 de setembro: prazo de julgamento dos recursos; E aí, permanece todo o outro calendário abaixo dessas modificações. Ok? 11/10; 31/10; 06/11; 10/11; 17/11. Não teve alteração a partir do prazo de julgamento doas recursos. **GEISIANE:** Obrigada Marta! Então em regime de votação. Aqueles que concordam com a proposta de alteração da resolução 603/2017 se manifestem, por favor. Tem até suplente votando! RISOS. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Por favor, podem abaixar. Contrários. Abstenções. Então, está aprovada a alteração da resolução 603/2017. APLAUSOS. **SIMONE:** Agora eu vou pedir a Marta... Ah, não! A Consola né? Ela já leu tudo! Terminamos tudo, não é vice-presidente? Então, eu vou pedir a Marta aqui para ler a moção para a gente votar. É o nosso último ponto de pauta. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Vamos lá gente! A moção foi tirada como uma recomendação pela plenária, na parte da manhã, é essa. É uma moção de apoio. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, em sua 225ª Plenária Ordinária, ocorrida no dia 18 de agosto de 2017, em Belo Horizonte, vem a público manifestar o seu apoio aos direitos territoriais das comunidades quilombolas recentemente ameaçados pelo questionamento ao Decreto nº 4887/2003. Em um ano de Conferências de Assistência Social, cujo tema é: “A Garantia dos direitos no fortalecimento do SUAS” não podemos deixar de denunciar mais esse retrocesso! A Constituição de 1988 estabeleceu de forma clara em seu Art. 68 (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Em novembro de 2003, o Decreto

4.887 disciplinou esse direito aos grupos étnico raciais, com ancestralidade negra e deu novo significado ao quilombo ao reconhecer a sua identidade cultural e os seus vínculos comunitários. O Decreto, em tela, objetiva tão somente regulamentar a execução da política fundiária dos territórios quilombolas em todo o país ao definir os procedimentos para: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Ocorre que vem sendo questionada a titulação das terras quilombolas para a Suprema Corte, com pedidos, de origem variada, onde está sendo arguida a inconstitucionalidade do Decreto. Tal fato demonstra a magnitude e a silenciosa disputa pelas terras quilombolas inclusive com a ocorrência de conflitos violentos. O julgamento pela inconstitucionalidade do Decreto resultará para Minas Gerais, e para as cerca de 800 Comunidades Quilombolas grave ameaça às suas condições de vida tanto em face da não regularização da propriedade das suas terras mas, também, por perdas imateriais que se relacionam ao culto e ao respeito aos antepassados de um povo que é um dos pilares da história, cultura e riqueza de nosso Estado. Por essas razões o CEAS MG reafirma que a "Constituição Cidadã" precisa ser respeitada e traduzido o compromisso do País com as diferentes etnias e também com a preservação dos territórios das 5000 Comunidades Quilombolas em todo o território nacional e da memória de nosso povo. A luta dos Quilombolas é de todos! APLAUSOS. **VOLNEY:** Eu gostaria de contribuir com um detalhe. **SIMONE:** Pois não! **VOLNEY:** Ali no §3º.. Deixa eu ver aqui... Aonde fala de perdas materiais... Onde está hein? **VOZ AO FUNDO.** **VOLNEY:** No de baixo! No §4º No de baixo! Aí. "O julgamento pela inconstitucionalidade..." Eu queria saber Isac se não entraria também as perdas materiais e culturais. **VOZ AO FUNDO.** **VOLNEY:** Aí! Ah! E materiais? Já entram as culturais? Já entra? **VOZ AO FUNDO.** **VOLNEY:** Subentende-se? **VOZ AO FUNDO.** **SIMONE:** Certo? Então vamos votar! Os conselheiros que concordam com a moção, por favor, levantem os crachás. Contrários. Abstenções. Então foi aprovada, por maioria. APLAUSOS. **SIMONE:** Nós terminamos o nosso plenário. Eu convido a todos então para a gente, de pé, cantarmos parabéns para a nossa queridíssima vice-presidente. **VOZ AO FUNDO.** APLAUSOS. **GEISIANE:** Ah, gente! Que bacana! Eu adoro comemorar aniversário no CEAS! É o meu segundo! Gente! Obrigada viu! Muito obrigada! É uma alegria muito grande! Eu tenho o prazer de comemorar o meu aniversário. Comemorar e compartilhar com vocês é ainda mais emocionante! Muito obrigada viu! APLAUSOS. FIM.